

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural

Diversidade Cultural e Desenvolvimento
Eixo II

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural



Denise Machado Cardoso
Selma Maria Santiago Lima
Suzane Christine Luz Fernandes

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural

Diversidade Cultural e Desenvolvimento
Eixo II

Material Didático

Elaboração do Conteúdo

Denise Machado Cardoso
Selma Maria Santiago Lima
Suzane Christine Luz Fernandes

Revisão

Ana Lygia Almeida Cunha
Suzane Christine Luz Fernandes

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Caio Arapiraca

Assistente Editorial

Julia Rodrigues

Conselho Editorial

José Miguel Martins Veloso (presidente)
Maria Cristina Ataíde Lobato
Selma Dias Leite

Diretora da EditAedi:

Cristina Lucia Dias Vaz

***Copyright* © 2013 Editora EditAedi**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores.

Editora EditAedi

Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá.
66075-110 - Belém - PA - Brasil
Fones: (91) 3201-7613/ 3201-7834
Email: editora.aedi@gmail.com

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural

Caderno 2

Diversidade Cultural e Desenvolvimento
Eixo II



Belém-Pa
2014

Ministério da Cultura
Secretaria de Articulação Institucional
Universidade Federal do Pará
Pró-Reitoria de Extensão
Diretoria de Apoio Cultural
Assessoria de Educação a Distância
Instituto de Letras e Comunicação
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

Presidente

Dilma Vana Rousseff

Ministra da Cultura

Marta Suplicy

Secretária de Articulação Institucional

Marcelo Pedroso

Universidade Federal do Pará - Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Universidade Federal do Pará - Vice-Reitor

Horácio Schneider

Pró-Reitor de Extensão

Fernando Arthur Freitas Neves

Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

Sinfrônio Brito Moraes

Assessoria de Educação a Distância

José Miguel Veloso

Instituto de Letras e Comunicação

Otacílio Amaral Filho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Fábio Carlos da Silva

Créditos Técnicos

Coordenação Geral

Fernando Arthur Freitas Neves

Coordenação Executiva

Vânia Helena da Silva Nogueira

Coordenação de Tutoria

Ana Lygia Almeida Cunha

Coordenação Pedagógica em EaD

Suzane Christine Luz Fernandes

Coordenação em Tecnologia da Computação

Silvério Sirotheau Corrêa Neto



Este livro é parte integrante do material didático-pedagógico do Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC), realizado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará em parceria com a Assessoria de Educação a Distância o Instituto de Letras e Comunicação e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e gerenciado financeiramente pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa.

Desenvolvido na forma semipresencial, integrando ações educativas presenciais e a distância, o Curso objetiva a formação de gestores e conselheiros em Cultura, tendo como um dos seus pressupostos norteadores a conceituação abrangente de cultura como expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento. Propõe uma trajetória a ser construída e referenciada pelas instituições e pelos agentes envolvidos, em prol de ações e de políticas de cultura que causem impacto no desenvolvimento local, em bases sustentáveis.



Apresentação

Esta etapa de nossos estudos, a ser realizada a distância, faz parte das atividades que compõem o Eixo 2/Módulo III do Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural, em que serão tratados ***diversidade cultural e desenvolvimento*** com vistas a desenvolver o conhecimento teórico da cultura e de sua interface com a sociedade contemporânea, nos âmbitos local e global.

Desta forma, objetivando estabelecer vínculos e definir processos e práticas com base na formulação dos próprios instrumentos e de estratégias de valorização dos empreendimentos culturais e suas diferentes expressões, tendo como elemento central a articulação entre a cultura, a economia solidária e o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural, nosso material didático foi configurado em cinco aulas, que contém indicações de leituras complementares e questões para reflexões e debates sobre os seguintes conteúdos temáticos:

- **Dimensões, centralidade e transversalidade da cultura** – Aborda elementos conceituais que possibilitam estabelecer a diferenciação e a complementaridade entre as dimensões culturais e a intersectorialidade da cultura evidenciada pela articulação da cultura com os demais setores (educação, turismo, saúde, meio ambiente e comunicação) que constituem a dimensão central da experiência coletiva e que configuram as políticas públicas.
- **Diversidade cultural: proteção e promoção** – Propõe uma reflexão acerca dos mecanismos de proteção e promoção da diversidade cultural enquanto patrimônio da humanidade e da sociedade pluralista de nossa contemporaneidade, apontando o campo de embate estabelecido entre os diferentes projetos políticos, local e global, diante da conjuntura social que ora se apresenta.
- **Desenvolvimento local e regional** - Parte da observação da cultura local no qual diz respeito à construção de uma política pública de cultura, enfatizando a impor-

tância da construção do sistema municipal de cultura como estratégia para trazê-la para o centro do desenvolvimento.

- **Economia criativa e solidária** - Abrange a economia da cultura sob dois enfoques. No primeiro, como componente do que contemporaneamente consolidou-se reconhecer e denominar como economia criativa. Numa segunda e complementar dimensão, estabelece uma articulação com a questão da ética.

- **Modelos e fontes de financiamento da Cultura** - Orienta sobre as formas de fomento e o acesso às fontes de financiamento de projetos centrados na cultura como fatores propulsores do desenvolvimento local, tendo em vista a dimensão socioeconômica e política capaz de atrair impactos positivos (investimentos, geração de renda e inclusão social, dentre outros) a curto, médio e longo prazo.

Desejamos a todos uma boa leitura e participação em nossas discussões e que os conteúdos apresentados abram novas perspectivas de ação junto às práticas culturais em que estão inseridos.

Um bom Curso!

A Coordenação

Os Autores

Dentse Machado Cardoso

Sou docente da área de Antropologia e atuo em atividades de ensino nas modalidades presencial e a distância. Participo de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados às temáticas da educação, de gênero e questões socioambientais.

Trataremos, neste curso, da questão da diversidade cultural, de aspectos de sua caracterização e de outros, relacionados à proposta de proteção e promoção dessa diversidade. Também serão debatidas algumas características dos modelos de desenvolvimento, com vistas à apreensão desses modelos e como isso impacta as concepções e ações públicas no âmbito das políticas culturais.

As atividades propostas, bem como as sugestões de produções cinematográficas e bibliográficas, serão apresentadas ao longo das aulas. Espero que este curso atenda, de maneira satisfatória e instigante, às suas expectativas.

Selma Maria Santiago Lima

Sou gestora cultural, atriz, diretora, dramaturga e professora da área de Gestão Cultural. Possuo os títulos de bacharel em Sociologia, mestre em Gestão Cultural pela Universidade de Barcelona e especialista em Gestão de Produtos e Serviços Culturais pela Universidade Estadual do Ceará. Sou professora de Gestão Cultural, convidada, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, do SENAC/DF e da Universidade Federal do Pará. Para o Ministério da Cultura, atuei enquanto coordenadora de Formação em Economia Criativa e da Ação Microprojetos Mais Cultura. Fui consultora da UNESCO para apresentação de metodologia de identificação de Polos

Criativos. No Estado do Ceará, coordenei a área de Formação em Gestão Cultural do Instituto Dragão do Mar e a área de Programação e Formação em Teatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Fui assessora especial da Secretaria de Cultura de Fortaleza e, na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, coordenei a implantação do Projeto Cultura em Movimento – Secult Itinerante – e o Projeto Secult nos Bairros. Atuou ainda enquanto pesquisadora e professora convidada de diversas instituições do terceiro setor e de iniciativas públicas em municípios cearenses.

Suzane Christine Luz Fernandes

Sou graduada em Economia e mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional e especialização em Planejamento e Gestão da Educação Fundamental, em Informática na Educação e em Mídias na Educação. Desenvolvo atividades técnicas e docentes (formação inicial e continuada, na modalidade presencial e a distância) relacionadas às temáticas de planejamento e gestão pública em elaboração de projetos e captação de recursos, avaliação de programas e projetos, e em tecnologia de informação e comunicação na educação. Sou técnica da Secretaria de Educação (SEDUC) do Estado do Pará e estou cedida desde 2007 à Universidade Federal do Pará, onde desempenho atividades técnico-pedagógicas na Assessoria de Educação a Distância (AEDI) com ênfase na ação avaliativa dos cursos ofertados a distância.

A experiência profissional vivenciada na Assessoria de Planejamento (AS-PLAN) da SEDUC possibilitou o desenvolvimento de habilidades na área de elaboração de projetos para captação de recursos; programação e orçamento público; produção de diagnósticos educacional, com a participação no resgate histórico das estatísticas de 1988–1996, e no diagnóstico de 1997-1998 e 2000. Ainda na SEDUC, integrei a equipe de implantação do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) Belém, pelo Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e fui gestora da Coordenadoria de Tecnologia Aplicada à Educação (CTAE), respondendo pelas ações dos Programas TV Escola, Salto para o Futuro, Proinfo e Mídias na Educação desenvolvidos em parceria com o Governo Federal.





*O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.*

(Fernando Pessoa)



Sumário

Aula 1	21
Dimensões, centralidade e transversalidade da cultura	
Aula 2	31
Diversidade cultural: proteção e promoção	
Aula 3	41
Desenvolvimento local e regional	
Aula 4	55
Economia criativa	
Aula 5	71
Modelos e fontes de financiamento da Cultura	



Aula 1

Dimensões, centralidade e transversalidade da cultura

Denise Machado Cardoso

Objetivos

Nesta aula, apresentaremos as dimensões da cultura, com o objetivo de caracterizar esse conceito a partir de sua centralidade e transversalidade, diante de diferentes abordagens e práticas que envolvem a cultura, ou culturas.

Dimensões da cultura

Cultura é um todo complexo que inclui a maneira de pensar e agir das sociedades humanas (TYLOR, 1871, apud KAHN, 1975).

Você já observou que a cultura sempre se apresentou como um tema relevante para a análise da sociedade humana em termos de complexidade, diversidade e diferenças? Nos tempos atuais, essa discussão ganha relevo diante das realidades socioculturais vinculadas à globalização, aos novos movimentos sociais, aos usos

das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), às identidades, às políticas públicas e aos temas concernentes ao chamado contexto da pós-modernidade e dos estudos pós-coloniais, dentre outros.

A figura a seguir expressa como podemos ser tão diversos em termos da aparência a partir de nossos ornamentos, vestuários e expressões corporais, dentre outras coisas. Observe-a e reflita sobre a diversidade que a figura expressa.



Figura 1: diversidade sociocultural

O que pensar acerca dessa diversidade? Como explicar que os seres humanos são tão diversos entre si? Como explicar essa realidade?

Do ponto de vista das ciências sociais, como é o caso da Antropologia, utiliza-se o conceito de cultura na tentativa de analisar a diversidade sociocultural.

O conceito de cultura é polissêmico, ou seja, ele é explicado sob várias perspectivas e envolve concepções diferentes do que as pessoas consideram ser a cultura. E para você, o que é cultura? Antes de apresentarmos nossas respostas sobre essa questão, convido-o(a) a refletir um pouco mais sobre a relevância do conceito de cultura nas atuais questões sociais.

O conceito de cultura, nos mais diversos estudos acadêmicos, diz respeito a diversas áreas do conhecimento e adquire significativa relevância no campo das políticas locais, regionais e globais. Por esse motivo, é importante compreender as características gerais e os aspectos dimensionais da cultura, tarefa esta obrigatória nas discussões, análises e ações que envolvam esse conceito. Desse modo, partindo dessa compreensão, é possível estabelecer estratégias de ações públicas ou privadas. Agora, convido-o(a) a acompanhar uma breve apresentação da dimensão antro-

pológica e sociológica da cultura.

A dimensão antropológica

A cultura na dimensão antropológica abarca a produção cotidiana das pessoas, suas relações familiares e sociais em qualquer grupo. Por exemplo, a sociedade humana estrutura todo um sistema de orientação que tem uma lógica própria segundo cada cultura e como ela é vivenciada cotidianamente.

A discussão sobre cultura tem ganhado novos contornos, novos rumos e novas dimensões, segundo as quais a cultura é entendida também como uma questão política. Essa questão se transformou em um discurso com uma nova perspectiva, destacando-se pontos inerentes à cultura erudita, à cultura de massa e à cultura popular. Mas a cultura tem relevo nas questões sociais por englobar a totalidade do ser, pensar e agir humanos.

A complexidade do mundo globalizado exige reflexões constantes sobre as múltiplas formas de romper com os estereótipos, com os preconceitos e com as discriminações ainda existentes no cotidiano da sala de aula, no trabalho formal ou informal, na vizinhança e nos espaços públicos diversos, pois o pensamento crítico e reflexivo proporciona questionamentos sobre as realidades, tanto globais como locais.

Em termos de saberes e conhecimentos, reconhece-se que não há sistemas culturais lógicos e sistemas culturais pré-lógicos. A hierarquia entre saberes necessita ser suprimida, pois a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence. Todas as sociedades humanas dispõem de um sistema de classificação para o mundo natural constituído de categorias diversificadas e com características próprias.

Em relação a saberes, técnicas e conhecimentos, nota-se que a maneira de pensar dos chamados povos primitivos tem sua lógica própria e que esta não é estranha ao pensamento científico oficial. A distinção maior é entre a lógica construída a partir dos dados sensoriais da experiência em uma ciência do concreto e a lógica que privilegia categorias abstratas, como sinais matemáticos e classificações biológicas. Assim, não cabe interpretar essas práticas de modo hierarquizado, pois tanto os saberes e conhecimentos tradicionais quanto os de cunho científico são formas de pensar, apreender, classificar e explicar as realidades nas quais os grupos sociais estão inseridos.

A cultura se manifesta a partir daquilo que vem do passado e se transforma por ações de pessoas de hoje. Nesse sentido, a cultura é um fazer dinâmico, vin-

culada às questões da tradição inventada ou reatualizada desde tempos pretéritos. Então, conceber a cultura apenas do ponto de vista da sobrevivência da tradição é um equívoco devido ao seu caráter dinâmico.

Outro aspecto da cultura é o fato de ela ser representada por símbolos, cujos significados são atribuídos pelos sujeitos sociais que constituem um grupo social. Vamos pensar um pouco sobre o que acabamos de dizer? Que símbolos você identificaria na sua cultura ou grupo cultural mais próximo? Seria o animal que representa seu time de futebol? A cor de seu partido político? Seriam as cores que sinalizam a venda de algum produto alimentício? Observou como essas questões estão próximas de nosso cotidiano e nem nos damos conta disso? Além disso, esse universo simbólico geralmente é apropriado por diferentes segmentos sociais. E é a partir da prática dessa representação simbólica que se pode interpretar e entender a realidade de um determinado grupo.

A interpretação das realidades sociais se dá em um determinado universo simbólico e, a partir dessa interpretação, o outro passa a ser percebido como singular, ou até mesmo como diferente, construindo, por meio do processo de representação, a interpretação e a apropriação de sua identidade.

Em algumas sociedades, existem segmentos que procuram exteriorizar os símbolos identitários de um grupo social de forma homogênea, homogeneizando a cultura desse grupo e negando, assim, a pluralidade cultural que permeia o cotidiano, o fazer de tal grupo. No entanto, deve-se entender que a cultura é formada por um universo simbólico e é esse universo que vai formar a identidade ou as identidades de um grupo social.

A dimensão sociológica

A dimensão sociológica da cultura está mais relacionada às atividades especializadas e menos ao que é vivenciado cotidianamente, pois ela é uma produção elaborada com o objetivo de alcançar um público específico a partir da construção de determinados sentidos.

A dimensão sociológica concebe a cultura como um circuito organizacional que estimula a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, isto é, aquilo que é considerado cultura pelo senso comum.

Nesse sentido, cultura é o conjunto de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas. Ela compõe um universo que gera um circuito organizacional cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais. Desse modo, a dimensão antropológica é deixada apenas no plano do

discurso.

Do ponto de vista estrito de uma política cultural, a dimensão antropológica necessita penetrar no circuito mais organizado socialmente, característica fundamental da outra dimensão, a sociológica. E isso só é possível a partir de uma articulação das pessoas diretamente interessadas, unindo, pelos laços de solidariedade, demandas dispersas em torno de objetivos comuns, formalizando-as de modo a dar essa visibilidade ao impalpável, em torno de associações de tipos diversos (BOTELHO, 2001).

Cabe destacar que, na dimensão sociológica, também são incluídas questões de relações de gênero e todas as implicações culturais que delas emergem, como as relações de poder não estatal, ou seja, as experiências vivenciadas em instâncias outras que a governamental, as cosmologias, as percepções de tempo e espaço conforme diferentes grupos étnicos e segmentos sociais, etc.

Note bem: Embora a dimensão sociológica possa ganhar mais destaque que a dimensão antropológica, isso não invalida a dimensão desta. Na prática, as políticas culturais enfatizam aspectos organizacionais e aspectos culturais.

No caso do poder, percebe-se que as relações que ele envolve são consideradas como elementos fundamentais do domínio político, mas não estariam ligados a essas esferas de modo excludente. Por exemplo, a política é construída e expressa a partir dos domínios do parentesco, da ideologia e da economia. Desse modo, política e poder estão intimamente atrelados, porém não de modo cristalizado ou separado de outros aspectos sociais.

Políticas públicas e políticas culturais

Certamente você já percebeu que muito se fala sobre política pública e que esse assunto é tema em várias situações. Entretanto, nem sempre se reflete sobre as seguintes questões: Como se define a política pública? O que a caracteriza? Com base em estudiosos da Ciência Política, definimos a política pública como um conjunto de ações emanadas do governo, cujo objetivo é o atendimento de anseios e aspirações da sociedade, com instrumentos empregados na tentativa de alcançar esse atendimento. Além disso, as políticas públicas, ou ações públicas, caracterizam-se por abranger uma variedade de campos, como, por exemplo, o social, o cultural, o ambiental e o econômico.

São significativas as diferenças que integram tais campos quanto às ações públicas. A política exterior, a política de defesa, a política social, a política econômica, a manutenção da lei, da ordem e da liberdade, as políticas culturais são diferentes

campos de ação de políticas públicas que estão superpostas e interagem entre si¹. Nessa perspectiva, o estabelecimento de fronteiras e limites entre essas políticas diversificadas torna-se, muitas vezes, inviável.

Em relação às políticas culturais, percebe-se que as dimensões antropológica e sociológica não se excluem. Ao contrário, elas se complementam na medida em que os aspectos do cotidiano de quem vivencia a cultura são trabalhados em consonância com as propostas de produção e consumo. Contudo, e do ponto de vista das políticas públicas, essas dimensões exigem estratégias diferenciadas e devem ser objeto de uma responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental em seu conjunto. A esse respeito, diz Botelho (2001, p. 29) que

Como toda política pública, as políticas culturais também necessitam prever, em seu planejamento, as suas fontes e mecanismos de financiamento. No entanto, é a clareza quanto às prioridades e às metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazos que possibilitará a escolha de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento das atividades artísticas e culturais.

A ação governamental resulta de um processo que surge a partir da formação de demandas, mas, até chegar a ser implementada como política pública, há um percurso que se inicia com a sua formulação e passa pelo processo decisório, até chegar à sua implementação. Posteriormente, há uma fase de avaliação dessas políticas. Percebe-se, com isso, que as políticas públicas compreendem um processo amplo.



Figura 2: Cartaz de divulgação de evento sobre política cultural

¹ Na compreensão de Monteiro (1982), existem políticas segundo a área substantiva (social, saúde, agrícola, etc.), por jurisdição político-administrativa (federal, municipal, etc.), por clientela (beneficiários da previdência, assalariados, empresários, etc.) e pelo tipo de parâmetro do fazer político (monetária, cambial, fiscal e creditícia).

Nesse cenário, os governantes assumem o papel de articuladores e organizadores da sociedade, pois as pessoas que atuam como gestores têm de exercer funções contraditórias para que o Estado deixe de ser diretamente dos capitalistas. Essa postura de “fiador das relações sociais” permite que os governos se tornem interlocutores das demandas sociais e indutores das políticas que regulam a dinâmica social. Assim, devido às tarefas e exigências inconciliáveis, as decisões refletem as diferenças sociais e seus conflitos e, muitas vezes, as ações revelam as ambiguidades:

Nas Políticas Culturais, as perspectivas da diversidade e desenvolvimento social, embora tenham avançado de forma significativa, encontram imensos desafios diante da histórica situação de exclusão e discriminação étnico-raciais no âmbito do Estado e da Sociedade. A transversalidade da cultura nas áreas de atuação nos Órgãos do Governo – Territórios de Identidade, como referencial de planejamento, é algo apenas iniciado (CÓRTEZ. 2001).



Figura 3: Política cultural nas ruas: grafiteagem

Fonte: <http://revistaraiz.uol.com.br/>. Acesso em 26/07/2013

Sem dúvida, a participação tornou-se presente nas discussões atuais sobre gestão. E participar implica considerar que há aspectos afetivos e instrumentais permeando as relações sociais. A complementaridade entre esses aspectos é significativa, pois a participação não é apenas um instrumento que viabiliza a solução de problemas, mas é, principalmente, um instrumento que gera soluções com uma carga de satisfação pessoal e social muito elevada. Os aspectos afetivos dizem respeito ao prazer e à satisfação que as pessoas sentem em realizar coisas conjuntamente e, nesse aspecto, reflete-se o caráter social inerente aos seres humanos.

Em relação aos aspectos instrumentais, sobressaem a eficácia e a eficiência de realizações obtidas conjuntamente em comparação às obtidas de maneira isolada. Desse modo, cabe destacar que a educação política para participação se faz necessária na medida em que

As Políticas Culturais para a diversidade ainda exigem a formação de pessoas

qualificadas para formulação e gestão da política cultural, de forma ampla e específica para a diversidade étnico-cultural (povos indígenas, quilombolas, ciganos, outras culturas identitárias e populares) e para a diversidade gênero, de opção sexual, de pessoas com deficiência, de faixas etárias diversas, entre outras (CÓRTEZ, 2001, p. 12).

A diversidade da cultura emerge como tema transversal das políticas e desafia a capacidade dos governos democráticos e dos(das) cidadãos/cidadãs no sentido de articulação em redes para a efetivação de direitos coletivos. Dessa maneira, as políticas culturais se apresentam como desafios na sua implementação e consolidação como ações públicas.

Resumo

As dimensões antropológica e sociológica da cultura possibilitam reflexões sobre o conceito de cultura e ampliam o debate sobre as políticas culturais. A complexidade desse conceito se deve ao próprio contexto das sociedades humanas, que são diversas entre si. Como se apropriar dessas ideias diante das possibilidades de implementação de ações públicas? Como fazer emergir as realidades socioculturais nas políticas culturais com a participação? Essas e outras questões foram os principais temas debatidos nesta aula.

Referências bibliográficas

BOTELHO, I. A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos. *In*: MOISÉS, J.A.; BOTELHO, I. (Org.). **Modelos de financiamento da cultura**. Rio de Janeiro: Minc/Funarte, 1997.

_____. **Duas dimensões da cultura: a Antropológica e a Sociológica**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 15 (2) 2001.

CÔRTEZ, C. N. **Cultura, diversidade e política: transversalidade dos conceitos nas políticas culturais**. Salvador: UFBA, 2001

DE CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

JACOBI, P. Estado capitalista: transformações na dinâmica de intervenção e papel das burocracias. *In*: **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 3-9.

LÉVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto *In*: **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

TYLOR, E. B. La ciencia de la cultura, em KAHN, J.S. (comp.): **El concepto de cultura: textos fundamentales**. Barcelona: Anagrama, 1975 [1871]. p. 29-46.

Sites sugeridos



<http://sites.marista.edu.br/seac/files/2010/09/as-dimensoes-da-cultura-e-o-lugar-das-politicas-publicas.pdf>

<http://www.portal-gestao.com/gestao/item/6675-teoria-das-dimens%C3%B5es-culturais-geert-hofstede.html>

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7666/1/Politicas_artigo7.pdf



Aula 2

Diversidade cultural: proteção e promoção

Denise Machado Cardoso

Objetivos

Nesta aula, objetiva-se caracterizar a cultura a partir de suas diversidades. Precisamente, propõe-se caracterizar a proteção e a promoção da diversidade cultural, a partir do enfoque dos direitos humanos e da legislação pertinente.

Introdução

A proteção e a promoção da diversidade cultural estão vinculadas diretamente aos direitos das pessoas de se expressar conforme as particularidades dos grupos sociais nas quais estão inseridas. Em governos democráticos, essa atenção à proteção e à promoção se expressa como uma possibilidade de garantia de que todos – e não apenas uma minoria hegemônica – terão acesso a esse direito e aos recursos que apoiam as manifestações culturais. Em âmbito mais amplo, verifica-se que essas ações de apoio são respaldadas por convenções internacionais que visam a apoiar a diversidade cultural em sua plenitude.

O que trataremos nesta aula está vinculado diretamente a essa intenção de garantir direitos relacionados à diversidade cultural, especificamente às políticas culturais, objeto principal deste curso.

Cultura e culturas

A cultura está relacionada aos modos de viver das sociedades humanas. Pelas suas características, pode-se considerar que ela é, ao mesmo tempo, estática e dinâmica, pois as pessoas mantêm determinados costumes e tradições ao mesmo tempo em que os alteram, geração após geração. Além disso, pode-se perceber que, mesmo em um determinado grupo, há uma variedade considerável de culturas. Assim, é mais adequado nos referirmos à cultura no plural, para englobar todas as culturas. A figura a seguir é ilustrativa dessa diversidade e do contato entre pessoas de diferentes culturas.



Figura 1

Fonte: <http://mensagens.culturamix.com>

Outro aspecto a ser destacado em relação à cultura é que nossos modos de ser, pensar e agir variam conforme nossa geração, nosso gênero, nossa classe social, nosso grupo étnico-racial, dentre outros fatores. A diversidade é inerente ao ser humano devido a sua capacidade infinita de inventar, criar e se adaptar a diferentes situações e contextos.



Figuras 2 e 3

Fontes: <http://moirito.skyrock.com> e www.geledes.com.br

A questão principal desta aula, para você refletir, é a seguinte: como salvar direitos à diversidade cultural de tal modo que os grupos sociais se sintam contemplados em termos de seus direitos? Ao que tudo indica, superar a discriminação e o preconceito é uma exigência, mas não se trata de ações suficientes. Para assegurar o direito à diversidade cultural, deve-se evitar a ditadura da maioria, contemplando os direitos de todos, tanto nas ações públicas com vistas ao desenvolvimento (conceito que será analisado em aula posterior e que trata da sustentabilidade ambiental e cultural, dentre outros temas) quanto na sustentabilidade desse desenvolvimento cultural.

As convenções e legislações

Para melhor compreensão do tema central desta aula, faço, a seguir, uma breve consideração acerca dos marcos legais para elaboração de políticas culturais. Essas leis estão internacionalmente em pauta desde os anos de 1980, tendo como referência a Conferência sobre as Políticas Culturais de 1982. De acordo com resultados de discussões realizados nessa Conferência, na Comissão de Cultura e Desenvolvimento (1995) e na Conferência sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (1998), chegou-se a um conjunto de recomendações e diretrizes para ações públicas relacionadas à políticas culturais. Contudo, as questões debatidas nesses encontros não são recentes, pois são frutos das preocupações do Pós-Guerra, precisamente aquelas, expressas na Declaração dos Direitos Humanos (1948).

A principal sistematização das discussões sobre a diversidade cultural se refere à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO) em 2005, e ratificada pelo Brasil em 2006. Se a convenção alerta para a necessidade de proteção da diversidade cultural, a promoção dessa diversidade, na mesma proporção, também merece atenção e cuidados. Quais seriam, então, as situações e os contextos ameaçadores? Estariam em processo de extinção as práticas culturais?

Se a proteção emerge como um dos traços marcantes dessa convenção, é possível auferir que há elementos que causam a insustentabilidade cultural. As políticas públicas despontam nesse cenário como ações públicas direcionadas à democratização de acesso aos bens e serviços culturais. Leia a definição abaixo e a analise, com base no que já foi debatido em outras aulas deste curso.

A cultura na perspectiva das políticas culturais é considerada como “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001, p. 1).

Além dessa definição e caracterização, é importante ressaltar que as políticas de proteção e promoção da diversidade cultural incluem aspectos simbólicos e econômicos. Na figura a seguir, observam-se ornamentos que não são postos apenas com a função de adornar a pessoa que o utiliza.



Figura 4: Mulher com ornamento
Fonte: www2.cultura.gov.br

Você observou que, na figura acima, há evidências de elementos simbólicos

ligados à religiosidade e à identidade étnico-racial que são importantes na identidade dos povos afrodescendentes do Brasil? Estariam apenas esses grupos imbuídos desses elementos ou o simbólico está presente em todas as culturas?

Os aspectos simbólicos expressam a necessidade de proteção diante dos impactos da globalização e de sua tendência à homogeneização. E os aspectos econômicos têm, na concentração de recursos, a grande ameaça à desigualdade na produção e na comercialização de produtos e serviços culturais, como, por exemplo, os mercados da música e do cinema. Além dessa desigualdade, há que se considerar a defasagem tecnológica entre os países e entre suas regiões.

Se é necessário salvaguardar as diversas formas de produção e expressão culturais, evitando a homogeneização de valores, modelos e práticas culturais advindos com o processo de globalização, deve-se salvaguardar também os bens e serviços culturais, seus recursos, sua divulgação e seu consumo. Assim, a proteção e a promoção da diversidade cultural constituem uma proposta de democratização na medida em que permitem que a minoria também seja atendida e que não se instaure a ditadura da maioria.

Para garantir que todos estejam representados no governo e, especialmente, nas políticas culturais, os gestores necessitam possibilitar acesso a todos, com políticas de cotas para exibição, com o acesso a fundos específicos, a editais de premiação, etc.

A imagem abaixo se refere à projeção de produção fílmica em espaço público e gratuito a todos e é um exemplo da ampliação da acessibilidade decorrente das ações públicas, bem como da ampla participação.



Figura 5: Projeção de filme em praça pública

Fonte: www.falams.com

Entretanto, percebe-se que nem sempre a vontade da maioria é uma garantia da participação de todos. Note bem, quando o princípio da igualdade é superado, devido à imposição da vontade da maioria, o governo passa a ser de privilégio e isso é um perigo possível nas democracias representativas.

Culturas em tempos de globalização

A partir dos anos 1980, a cultura passou a ser considerada fundamental na construção de democracias mais participativas e menos elitistas. Como ocorreu essa maior consideração dos aspectos culturais no processo democrático? A democracia despontou nesse contexto como um meio, e não como um fim, pois se presume que é por meio de gestões democráticas que se viabiliza a superação da pobreza e das desigualdades, aliadas à promoção do desenvolvimento. A esse respeito, é importante observar que a pobreza de várias sociedades constitui-se em fonte para debates em foros diversos, como as conferências internacionais, nacionais e locais. Nesses fóruns, buscaram-se também soluções para problemas globais, nacionais e locais, processo que tem relação com a situação atual do sistema capitalista na fase atual da globalização. De certo modo, essa tendência reflete a possibilidade de soluções diferenciadas quanto aos dilemas enfrentados pela humanidade. O segmento de texto abaixo permite reflexões a esse respeito:

Pensar em cultura globalizada ou em globalização da cultura pode parecer, a princípio, que se está negando ou deixando de lado a questão sobre a cultura nacional. Entretanto, o que a Convenção para a diversidade vem mostrar é justamente o contrário. A questão que importa neste documento recai sobre a concepção de políticas culturais que regulamentem ou que possibilitem um posicionamento de um país, com relação à tendência de expansão dos grandes conglomerados culturais com vias a minimizar, a “homogeneidade” (padronização) dos conteúdos culturais (KAUARK, 2008).

Você concorda com as considerações feitas pelo autor? Reflita sobre o fragmento acima e tente responder ao seguinte questionamento: Estamos fadados à homogeneização ou há espaço para as particularidades da minha e da sua maneira de ser, e de outras pessoas de diferentes grupos sociais?

A racionalidade presente no capitalismo, embora seja bastante valorizada, exhibe comportamentos cotidianos que não se referem à lógica presente apenas nessa racionalidade. A descontinuidade entre o mundo moderno e o tradicional deve-se ao ritmo de mudanças presentes na modernidade, que é mais intenso e veloz do que jamais a sociedade humana havia experimentado. As mudanças estão presentes

em todas as sociedades, sejam elas tradicionais ou não, devido ao próprio caráter dinâmico da cultura. Todavia, a velocidade com que essas mudanças ocorrem nas instituições sociais modernas é muito mais intensa.

Assim, as populações caboclas, ameríndias ou remanescentes de quilombos da Amazônia, por exemplo, somam ao tempo do relógio – e todo o cientificismo inerente a esta percepção – uma outra concepção de tempo, cuja base está assentada na relação dessas populações com seus respectivos *habitats*. Desse modo, na prática, o tradicional e o moderno não se excluem, pois convivem na mesma sociedade de maneira concomitante. Por exemplo, às práticas tradicionais marcadas pela oralidade – relação próxima com seu ambiente natural e construção/reconstrução de territorialidades e processos afins – somam-se processos universais mais amplos, comandados pela globalização. Assim, o novo e o velho convivem nas práticas culturais contemporâneas.

Mas esse debate não se restringe ao universo das sociedades ditas rurais, pois, no que se refere às culturas com traços predominantemente urbanos, a diversidade cultural se expressa no somatório de elementos tradicionais das sociedades predominantemente rurais com traços arquitetônicos, da moda, dos meios de transporte e comunicação que lhe são característicos. Entretanto, essa cultura revela ainda expressões das chamadas tribos urbanas, dos segmentos sociais e suas diferenciações, conforme marcadores sociais diversos. E você, como se identifica nessa diversidade cultural? Certamente esse é um tema que possibilita um debate animado no fórum e com diferentes percepções sobre como atuar diante da diversidade cultural.

Resumo

A aula sobre a proteção da diversidade cultural se baseia na legislação vigente e, nela, indicou-se a reflexão sobre contextos mais amplos que englobam acordos internacionais referentes ao tema. Embora se reconheçam direitos a essa diversidade, dilemas quanto a essas garantias são apresentados cotidianamente. Além do debate teórico e sobre marcos legais, foram apresentadas algumas características das políticas culturais para a proteção e a promoção da diversidade cultural.

Referências bibliográficas

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 233-246.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11-81.

KAUARK, G. **Contribuições da Convenção para a diversidade cultural para a política brasileira**. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil

Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 8 (abr./jul. 2009). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009.

UNESCO. **Convenção da Unesco sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural**. Lisboa, 2005.

Atividades



1. Identifique as possíveis ameaças à diversidade cultural e explique por que são necessárias as políticas públicas de proteção a essa diversidade.

2. Cite exemplos de bens e serviços culturais.

3. Responda: de que modo o processo democrático de participação nas políticas culturais pode ser considerado um meio eficaz de proteção e promoção da diversidade cultural?



Aula 3

Desenvolvimento local e regional

Denise Machado Cardoso

Objetivos

A aula sobre desenvolvimento local e regional tem como objetivo principal a identificação dos vários modelos de desenvolvimento, contextualizando-os segundo as realidades que lhes são inerentes. Intenciona-se apresentar um debate sobre os modelos de desenvolvimento da segunda metade do século XX aos dias atuais, tanto em contexto mais amplo quanto em contexto mais específico.

Muito se fala de desenvolvimento em nosso cotidiano. Esse termo, emprestado da Biologia, indica o movimento de um ser vivo, do seu estágio inicial em direção a uma forma acabada. Você sabe quando se deu essa transposição da Biologia para a área social e a partir de quando as pessoas se utilizaram de termos do processo de desenvolvimento para além das realidades restritas à biologia? Os estudos indicam que esse fenômeno se deu no final do século XIX, no contexto de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais iniciadas ainda no século XVIII, que foram o Iluminismo e a Revolução Industrial. E desde então o

debate sobre modelos de desenvolvimento nas humanidades se ampliou e se intensificou a partir de meados do século XX.

É possível que você observe também que o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi importante nessa ampliação do uso do conceito de desenvolvimento para o âmbito das ciências das humanidades. Note que esse período foi marcado por mudanças e ajustes no sistema capitalista, tais como o dismantelamento das estruturas coloniais e a emergência de possibilidades novas de estruturação da hegemonia internacional, que se fundamentaram no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica. Como reflexo dessas mudanças, verificou-se uma reformulação na noção de desenvolvimento, pois a situação de subdesenvolvimento pela qual passava grande parte dos países era inquietante em virtude da tomada de consciência quanto ao atraso econômico em que vivia a maior parte da humanidade.

O conflito entre crescimento econômico e justiça social se instaurou não apenas nas discussões acerca dessa noção, como também nas ações políticas que buscavam estratégias para sua implementação. Aliados a essa situação, novos movimentos sociais demandam adequação das ações públicas de acordo com as particularidades de grupos sociais diversos, como, por exemplo, povos indígenas e populações tradicionais, dentre outros.

Certamente, você já ouviu falar dos novos movimentos sociais, como o movimento hippie, o movimento feminista, o movimento indígena, dentre outros. Esses movimentos sociais do pós-guerra caracterizam-se por questionar as realidades que se apresentavam naquele contexto. Desse modo, as questões sobre o modelo mais adequado para o contexto e sociedades contemporâneas tem se tornado, cada vez mais, assunto de debate. Entretanto, você deve ter percebido que as respostas generalizantes tornaram-se inadequadas por desconsiderarem as particularidades territoriais, culturais e sociopolíticas de vários grupos.

As discussões sobre modelos de desenvolvimento da humanidade são importantes e apresentam uma série de definições e práticas. No contexto da América Latina, e em especial nas realidades das populações da Amazônia brasileira, o debate atual acerca do desenvolvimento exige considerações que não levem em conta apenas o crescimento econômico, pois há que se ponderar sobre os aspectos ligados ao desenvolvimento com responsabilidade, justiça e equidade. Nesse sentido, vamos identificar, a seguir, os vários elementos a serem considerados quando se discute o conceito de desenvolvimento e as ações que a ele se referem.

Concepção econômica do desenvolvimento

O período pós-guerra foi fundamental para a discussão sobre o desenvolvimento, principalmente devido à redefinição do peso de diferentes Estados-Nações. Além disso, novos mecanismos, como as agências multilaterais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU), passaram a operar em termos globais, utilizando-se de indicadores de desenvolvimento considerados mais objetivos e universais: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O desenvolvimento via industrialização e substituição de importações, por exemplo, transformou-se em palavra de ordem a partir das pesquisas realizadas pela Comissão de Estudos para América Latina e Caribe (CEPAL), criada pela ONU. Todavia, quando esses indicadores são aplicados como “universais”, nem sempre possibilitam a análise de particularidades de alguns países ou regiões, como é o caso de algumas populações indígenas e populações tradicionais da Amazônia.

Além dessa multiplicidade de concepções sobre o desenvolvimento, é importante mencionar que, a rigor, várias outras dimensões podem ser percebidas. Dentre estas, destaca-se a que se relaciona à satisfação de necessidades elementares da população. E se o conceito não contempla o essencial, tende a perder nitidez quando da análise de contextos culturais específicos, tornando-se apenas referência a um sistema de valores. Note bem que a alimentação, o vestuário e a habitação podem ser identificados, por exemplo, como necessidades elementares, entretanto, se tais necessidades não forem atendidas, certamente o desenvolvimento tornar-se-á questionável, mesmo quando o país se encontrar em processo de industrialização.

Essa concepção de desenvolvimento se apresenta atualmente com limitações, na medida em que suas respostas aos dilemas de países empobrecidos restringem-se às circunstâncias de seu surgimento no período pós-guerra. De acordo com essa teoria, os princípios do mercado possuiriam validade universal, mas essa análise homogeneizante impede a observação de contradições ou particularidades de sociedades empobrecidas ou em economias subdesenvolvidas.

Em oposição a essa abordagem, outras teorias surgiram, tais como as teorias marxistas e neomarxistas, cujo representante principal é Karl Marx. Esse teórico é um pensador muito importante nas análises do sistema capitalista e muito referenciado por estudiosos das realidades contemporâneas, mesmo por aqueles que não concordam com suas ideias. Marx centralizou o debate no processo de exploração da periferia em decorrência do desenvolvimento do capitalismo de centro. Já o enfoque neomarxista pressupõe que a causa da exploração é o intercâmbio desigual das relações existentes entre a “periferia” subdesenvolvida e o “centro” capitalista.

Reflita a respeito desses posicionamentos teóricos, ora expostos. Será que apenas a teoria econômica possibilita compreensões acerca do desenvolvimento?

Vamos, a seguir, conhecer outras perspectivas sobre esse tema.

Além da perspectiva das teorias econômicas, o desenvolvimento é analisado sob outros enfoques, como, por exemplo, quando é destacado seu aspecto ideológico, tornando-se uma noção universalmente desejada. Assim, organismos internacionais, como o Banco Mundial, passaram a defender entusiasticamente a adoção de projetos de infraestrutura de grande envergadura pelos chamados países em desenvolvimento. E, embora houvesse ocorrido a criação de novos empregos, a transferência de tecnologia foi acentuada nesse momento, acarretando lucros para os países já industrializados e maior dependência aos países em fase de industrialização.

Os modelos de políticas de desenvolvimento adotados pelos países subdesenvolvidos na década de 1960 caracterizavam-se por contradições marcadas pelo crescimento econômico, aliado a estruturas de governo corruptas, burocratizadas e autoritárias. O empobrecimento da população tornou-se mais acentuado, pois a concentração de capital, privilégio e poder de elites locais inviabilizou a equidade social. O círculo de pobreza se instalou nesses países, a tal ponto que a mentalidade de dependência passou a fazer parte de padrões das culturas locais (fossem elas em sociedades das Américas, da África ou da Ásia). Assim, a alienação exacerbada da cultura conduziu à “recolonização”.

Deve-se destacar, ainda, que um dos aspectos ideológicos presentes nesse modelo de desenvolvimento foi justificar a pobreza a partir de aspectos climáticos e demográficos. Desse modo, a relação de dependência entre países e estruturas de poder internas fica em segundo plano, como se fatores estruturais não interferissem na condição de exploração e pobreza em que se encontra a maioria dessas populações.

Durante as décadas de 1970 e 1980, os estudos apontavam para a discussão acerca da teoria da dependência. A relação econômica entre países do hemisfério Norte e do hemisfério Sul – marcada pelas diferenças de processos de industrialização – passou a ser abordada desde então pela relação de dependência entre países periféricos e países de centro.

Verificou-se que a pobreza dos países não poderia ser superada simplesmente com a modernização de suas economias. Embora se considere o crescimento como um dos fatores de desenvolvimento, ele não pode ser tomado como um fator isolado deste, pois as invenções e os aprimoramentos tecnológicos, tão presentes na modernidade, podem não demonstrar por si só o grau de desenvolvimento de um país, posto que se tem ausência de equidade na sua partilha, ou seja, se não há

a ampla distribuição dos benefícios do crescimento econômico, não haverá como considerar um país como desenvolvido. Note que, mesmo que haja inovações tecnológicas em áreas como informática e comunicações mas em outras áreas não haja inovações e equidade social, o processo de desenvolvimento fica comprometido.

Desenvolvimento local

Em relação ao desenvolvimento local, observa-se que o interesse maior por esse tipo de desenvolvimento ocorreu, no Brasil, somente a partir dos anos 1990. Nele, há uma ênfase na promoção do protagonismo local, que passou a ser considerado fundamental para que as necessidades individuais e coletivas fossem tratadas de acordo com aspectos socioambientais do desenvolvimento sustentável.

Pelo que foi dito até aqui, observe a complexidade do tema tratado nesta aula. Vamos, então, refletir sobre o desenvolvimento local a partir de suas características e implicações no que se refere à sua implementação.

Um ponto a ser melhor explicitado se refere ao protagonismo na medida em que se fala sobre isso como se fosse algo já dado e sem necessidade de explicações. Assim, indica-se que a partir do momento em que as pessoas se consideram responsáveis pelos seus destinos e passam a agir conforme essa ideia, ocorre o protagonismo.

Para refletir: Você se considera protagonista na sua realidade social ou espera que outras pessoas e organizações decidam por você? Você acha que há oportunidades de participação, por exemplo, nas decisões das políticas públicas?

Assim, considero que o desenvolvimento local é a expressão de uma solidariedade que emerge do “empoderamento” da comunidade. Ele não é, portanto, apenas um arranjo local para solucionar determinados problemas específicos. Ele é o processo pelo qual minorias sociais ganham poder na sociedade, reduzindo desigualdades historicamente construídas.

Você sabe de quando e em que condições emerge o empoderamento? É possível afirmar que ele surge mediante o aumento de três tipos de recursos, a saber: os recursos econômicos, as leis e regras provenientes dos governos e de organizações formais, como igrejas e escolas, e as normas sociais percebidas e absorvidas.



Figuras 1 e 2: Pesca tradicional no nordeste paraense e Agricultura familiar

Fonte 1: <http://patrimoniotradicional.blogspot.com.br>. Acesso em 30/07/2013

Fonte 2: <http://agro.olhardireto.blogspot.com.br>. Acesso em 27/07/2013

O que afirmo aqui é que as evidências indicam que pode haver a redução de desigualdades a partir de fatores de ordem material, mas também de ordem simbólica. Portanto, projetos que apresentam os três tipos de recursos aqui indicados aumentariam o poder de maneira indireta, pois haveria maior capacidade de inclusão social ao efetivar e tornar válidos os modos de vida das populações amazônicas, por exemplo.

Desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade

Ainda no contexto da discussão do desenvolvimento, é interessante você analisar a perspectiva do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento como liberdade. Em relação ao conceito de sustentabilidade, ele está em voga não apenas no debate científico, como também nos enunciados referentes às políticas públicas e nas propagandas de empresas privadas. Nessa proposta de sustentabilidade, preconiza-se harmonizar a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. E, se o sistema capitalista demonstra que há necessidade de se utilizar os recursos naturais, isso não implica que esse sistema possa impor ao ambiente a sua lógica de reprodução desenfreada.

O que seria essa proposta de desenvolvimento? Segundo esse modelo, a sustentabilidade do desenvolvimento se baseia na aliança do crescimento econômico com outros aspectos sociopolíticos e culturais. Assim, ocorre o incentivo às atividades extrativistas de recursos florestais madeiráveis e não madeiráveis, o apoio à agricultura familiar, o apoio à aquicultura e à piscicultura como uma maneira de

possibilitar o crescimento em vários aspectos. Ao apoiar a sustentabilidade dessas atividades, a responsabilidade com necessidades das populações humanas garante que gerações futuras se utilizarão, também, dos recursos locais.

Em parte, o processo de desenvolvimento local e sustentável apoia-se no crescimento econômico. Mas esse é apenas um dos aspectos a serem considerados, pois os elementos da sustentabilidade são heterogêneos e dinâmicos. Nessa direção, cabe indicar a proposta de Amartya Sen (2000) acerca de desenvolvimento, pois em seus estudos sobre o tema ele afirma que

Desenvolvimento é a eliminação de privação de liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (SEN, 2000, p. 33).

Então, segundo as realidades vivenciadas pelas populações tradicionais ou não tradicionais da Amazônia, estas necessitam encontrar suas próprias respostas às questões que consideram mais prementes. E, como não há único modelo de solução aos problemas dessa região, o diálogo envolvendo os múltiplos saberes demonstra ser um instrumental profícuo nessa conquista com o uso da ética nos planejamentos e nas ações diversas.

Observe a figura abaixo e analise o registro de uma importante manifestação cultural do povo Tembé. A manutenção dessa tradição, bem como de inúmeras outras das sociedades da região amazônica, garante a troca de saberes e, consequentemente, a sustentabilidade em suas várias interfaces.



Figura 3: Festa do moqueado, índios Tembé/Pará

Fonte: <http://versosrascunhos.blogspot.com>. Acesso em 27/07/2013

Nesse contexto, cabe mencionar o etnodesenvolvimento, pois esse modelo apoia a capacidade de uma sociedade culturalmente diferenciada de dirigir de maneira autônoma seu próprio desenvolvimento. Portanto, a participação das pessoas possibilita a busca do desenvolvimento com autonomia e a inclusão econômica e social.

Desenvolvimento na atualidade: diferentes enfoques em consonância?

Você notou, ao longo desta aula, que o desenvolvimento local, sustentável e com liberdade é apresentado como o modelo mais adequado à questão de superação da pobreza? Devido à proposta subjacente de participação, esse modelo agrega várias perspectivas e valoriza o envolvimento de diferentes atores sociais no processo decisório das ações governamentais e no protagonismo político e econômico em âmbito local e regional.

A expectativa em relação ao desenvolvimento local é de que haja maiores probabilidades de participação política e, desse modo, chances de conquista de equidade e justiça social. A democracia desponta, assim, como um meio, e não como um fim, pois se presume que é por meio de gestões democráticas que se viabiliza, de acordo com essa proposta, a superação da pobreza e a utilização sustentável dos ecossistemas.

Esse modelo de desenvolvimento ganhou destaque a partir das problemáticas sociais e ambientais que surgiram na segunda metade do século passado. A esse respeito, é exemplar o fato de a pobreza de várias sociedades ter se constituído em fonte para debates em foros diversos, como as conferências internacionais, nacionais e locais que se tem disseminado. Por meio delas, discutiu-se essa questão, processo que resiste.

Também se buscou soluções para problemas globais, nacionais regionais e locais, processo que tem relação com a situação atual do sistema capitalista, isto é, com a fase atual da globalização. De certo modo, essa tendência reflete a possibilidade de soluções diferenciadas quanto aos dilemas enfrentados pela humanidade.

Esses dilemas são exemplificados nas imagens abaixo, que retratam atividades decorrentes dos impactos do atual contexto socioambiental. A primeira retrata a realidade dos “lixões”, e a segunda registra condições de trabalho na construção civil. Observe com atenção esses aspectos e reflita sobre eles, considerando o que foi tratado nesta aula.



Figuras 4 e 5: Catador de lixo e trabalhadores da construção civil

Fonte 1: www.fundacaonazare.com.br. Acesso em 27/07/2013

Fonte 2: www.mundosindical.com.br, Acesso em 27/07/2013

A distribuição de poder é um requisito para mudanças no estilo de desenvolvimento vigente. E, nessa direção, é necessário enfatizar políticas para esse fim, pois a garantia de equidade está relacionada à capacidade de organização dos diversos setores sociais. Nesse sentido, o envolvimento de diferentes segmentos sociais é condição necessária para o desenvolvimento endógeno, conforme tem sido apontado por estudiosos desta questão.

Referências bibliográficas

BARBANTI JR., O. **Gestão compartilhada e desenvolvimento local: estratégias de intervenção e de gestão de conflitos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil, [s. d.]. mimeo. 62 p.

BATALLA, G. B. et al. **América Latina: etnodesarrollo, etnocidio**. Costa Rica: FLACSO, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1982.

ITABORAÍ, N. R. **Entre o empoderamento e a exclusão social: desigualdades de poder entre coletividades**. II Seminário Internacional Educação Intercultural e Movimentos Sociais. Florianópolis: UFSC, 2003.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento**. Revista de antropologia, São Paulo, USP, nº. 34, 1981, p. 59-101.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. DE A., **Ação coletiva, parceria e empoderamento**. Belém: NUMA/UFGA, 2008, p. 207-230.

VIECO, J. J. **Desarrollo sostenible, organización social y ambiente en la Amazonía**. In: FRANKY, C. E.; ZÁRATE, C. G. (Ed.). Imani mundo: estudios en la Amazonía colombiana. Bogotá: UNIBIBLOS, 2001, p. 47-70.

WOOD, A. A. **La búsqueda de sustentabilidad en los sistemas productivos amazónicos**. In: FRANKY, C. E.; ZÁRATE, C. G. (Ed.). Imani mundo: estudios en la Amazonia colombiana. Bogotá: UNIBIBLOS, 2001, p. 143-172.

Atividades



1. O que diferencia os modelos de desenvolvimento indicados no texto?
2. Que exemplos podem ser indicados como ações públicas voltadas para o desenvolvimento local?
3. Em que consiste o desenvolvimento como liberdade?
4. Como promover a ampliação do diálogo de saberes e promoção do desenvolvimento?

Sugestão de Filme



“Menino Urubu” (curta metragem)





Aula 4

Economia criativa

Selma Maria Santiago Lima

Objetivos

Nesta aula, apresentamos conceitos que auxiliam na identificação e implantação de territórios criativos, sejam cidades, polos ou bairros, além de destacar estratégias para essa implantação como elemento importante para o desenvolvimento local.

Territórios criativos

Ao observarmos a extensão continental do país e as distâncias que envolvem os diversos territórios brasileiros com relação às questões sociais, econômicas, regionais, organizativas e culturais, verificamos que as políticas públicas têm à frente o enorme desafio de executar, mesmo segundo critérios predominantemente setoriais, ações que promovam o desenvolvimento nacional em busca de uma dimensão global.

Mediante tamanho desafio, cabe aos governos em suas três instâncias – federal, estadual e municipal – assumir o espaço territorial como um referencial para formulação e implementação de políticas públicas, sendo neste caso uma estratégia

imprescindível para valorizar a diversidade brasileira e transformar o aproveitamento de seu potencial socioeconômico em um dos pilares do projeto de desenvolvimento para o país.

Neste sentido, é necessário, antes, compreender o que se entende por território e buscar compreender os territórios por meio de pesquisa bibliográfica e de observação de algumas experiências investigadas, tanto no Brasil como no exterior, quando verificamos a existência e definições para estes espaços perpassando indistintamente o reconhecimento de que são múltiplas e diversas as dimensões que os constituem.

Segundo o Plano da Secretaria da Economia Criativa/MINC (2011), territórios criativos abrangem espaços tais como bacias, cidades e polos, que se distinguem não em suas características de efetivação enquanto lugares de economia criativa, mas em suas questões de amplitudes territoriais, propriamente ditas.

Bacias são consideradas regiões geográficas formadas por diversos territórios que convergem, a exemplo de afluentes que se aproximam para formação das bacias hidrográficas, compondo sua paisagem e consolidando sua existência enquanto tal. Assim, imagina-se que uma bacia criativa seja formada por um conjunto de municípios que determinam uma região convergente para a produção de produtos e serviços criativos.

À medida que delimitamos esses espaços, chegamos às cidades, que, além de serem locais de vivência onde se experimentam diversas relações cotidianas, são, ainda, laboratórios de tramas em um terreno fértil para a criatividade, como afirmam Campos e Pitombo (2010:36):

As cidades, entendidas aqui como lócus onde se desenvolve uma complexa trama de relações sociais desiguais, constituem-se em terreno fértil para o desabrochar dos processos criativos humanos e de experiências de coesão social singulares.

Conforme o importante documento pactuado por prefeitos de diversos países, a Agenda 21 para a Cultura (2004), as cidades e os espaços locais são um marco privilegiado da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, em que a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral.

O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e coletividade, revela-se como ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária como a sobrevivência da diversidade linguística e o desenvolvimento das culturas.

Todos estes significados, encontrados e aplicados nos conceitos dos territórios urbanos, devem levar em consideração a mudança constante nas relações

sociais, uma vez que esses espaços, como as cidades e os próprios polos, são organismos vivos, com ações e reações que os constroem diuturnamente.

Como nos confirma Ana Carla Fonseca Reis (2011), para entendermos a criatividade no território urbano, é preciso, antes de tudo, salientar que a cidade é um ser vivo. Geograficamente localizado, fisicamente assentado em um traçado viário, administrativamente autônomo, mas, acima de tudo, em constante mutação. Afinal, a cidade é formada por pessoas e suas relações físicas, sociais, culturais e econômicas.

Na sua abordagem sobre as cidades criativas, Richard Florida (2002) defende a implementação de uma segunda geração de políticas públicas ligadas à criatividade e à inovação urbana. O sucesso das cidades e da economia urbana vai depender, segundo o autor, da sua capacidade para atrair e fixar a nova classe criativa, possuidora de elevada mobilidade, e na capacidade de as universidades e empresas inovadoras desenvolverem investigação e produtos tecnológicos. A valorização da diversidade social e cultural, sustentada numa atitude de tolerância, determina essa capacidade de atração de talento e empreendedorismo de uma cidade criativa.

É exatamente nessas cidades criativas que buscamos encontrar a liberdade para experimentações e trocas, responsáveis pelo crescimento das oportunidades entre seu cidadão e o visitante, como nos afirma Martinell (2003) ao apontar os elementos de compreensão de uma cidade:

1. “Entender a cidade como espaço de criatividade transferível, de liberdade criativa. Um espaço de troca entre o cidadão e o de fora, o habitante e o imigrante, o que tem papéis e o que não tem.
2. Atuar sobre os nós da informação. Converter as cidades em grandes nós de informação, em produtoras e receptoras de informação e de notícias do mundo e para o mundo.
3. Trabalhar em rede, entender a cidade em rede, para encontrar e aproveitar as experiências alheias.
4. Disponibilizar a cidade enquanto um laboratório para experiências de coesão social, como um lugar de testes para a coesão social.”

No entanto, quando se trata de empresas criativas, de *clusters* criativos, o modelo parece tornar-se ainda mais complexo. Os *clusters* criativos são arranjos produtivos locais que incluem empresas sem fins lucrativos, instituições culturais, espaços de arte e artistas individuais, além de parques de ciência e centros de comunicação e mídias. São espaços onde se vive e se trabalha. Espaços onde se criam e se consomem bens culturais.

De certa forma, os *clusters* e os demais territórios criativos assemelham-se no intuito de estar continuamente em funcionamento, tanto para entretenimento

como para trabalho. Desta forma, precisam de diversidade e de mudanças para crescer, principalmente por que se desenvolvem normalmente em espaços urbanos multiculturais, com características distintas, mas com conexões com todo o mundo.

Polos criativos, verdadeiros APL criativos

Segundo o Plano da Secretaria da Economia Criativa, entende-se por polo criativo o conjunto de empreendimentos criativos geograficamente próximos e circunscritos a um território de pequena dimensão, onde se percebem aglomerações identificadas a partir dos conceitos e das práticas já estabelecidas junto aos Arranjos Produtivos Locais (APL) e, ainda segundo o Plano a ser executado pelo Ministério da Cultura, com o intuito de potencializar as iniciativas já existentes, bem como auxiliar na implantação de novas experiências no território nacional.

Outro parâmetro de análise para a construção do conceito de polo criativo é a inevitável comparação e, por que não dizer, apropriação de diversas definições e metodologias de identificação dos APL, e aqui buscamos os conceitos aplicados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Em seu Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, o MDIC considera APL como conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e apresentando vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

No que concerne à criação, ao estímulo ou, ainda, à implantação de polos criativos no Brasil e em outros países, visualizamos duas formas distintas de nascimento desses ambientes, sendo a primeira por meio da iniciativa da sociedade civil, inclusive sendo criados pelos próprios moradores ou frequentadores locais, ou então sendo implantados pelo poder público, enquanto ação estratégica de desenvolvimento para determinado local a partir de seu uso funcional ou, ainda, no redesenho urbano de uma cidade, como podemos melhor detalhar a seguir, a partir do estudo sobre polos criativos realizado por Santiago (2012).

Polos/APL criativos implantados pela sociedade civil

Observamos que certos bairros têm vocação para constituírem-se polos criativos e provocam a aglutinação espontânea de moradores e usuários de um mesmo segmento produtivo, cuja característica cultural – seja pela arquitetura do local,

muitas vezes histórica, seja pelo uso criativo das casas comerciais – torna-se um dos elementos chaves para a identidade do local, tornando-se ponto de aproximação de pares para a construção de um ambiente coletivo.

Nesses casos, a consolidação do espaço e seu reconhecimento enquanto ambiente criativo ocorre de forma mais lenta, sofrendo a influência de diversos aspectos, desde a disponibilidade de imóveis para locação ou venda, colaborando para o bairro transformar-se em um polo/APL criativo, até questões de segurança ou, ainda, de condições de vias de acesso, o que vai sendo fortificado à medida que o bairro agrega mais usuários e produtores de produtos criativos.

As questões estruturais citadas acima normalmente não impedem que o local obtenha seu reconhecimento e, uma vez já instalado o ambiente criativo, consolida sua condição a longo prazo, ao mesmo tempo em que adquire um forte reconhecimento social. Um exemplo desse tipo de iniciativa é o bairro de Vila Madalena, em São Paulo, que atrai artistas e público em busca de produtos diferenciados produzidos pelo artesanato e pela gastronomia. A sinergia de interesses criou um bairro criativo típico, com comércio local focado nas preferências dos moradores. Não só os serviços e produtos gerados a partir dos agentes locais integram o ambiente criativo, como também a organicidade desses coletivos gera a substituição até de serviços públicos, fortalecendo ainda mais o espaço e a cumplicidade entre seus habitantes. A figura a seguir é ilustrativa do bairro de Vila Madalena, localizado no município de São Paulo, e considerado um dos bairros ou polos criativos mais visitados em nosso país.



Figura 1: Bairro Vila Madalena/São Paulo (SP)

Polos/APL criativos implantados pelo poder público

Nos polos/APL criativos implantados pelo setor público, as políticas dirigidas à economia criativa atuam de forma direta, seja para estimular o setor econômico e cultural, seja para dinamizar determinado bairro, valorizando as atividades locais ou recuperando, com criatividade, ambientes degradados socialmente.

O poder público pode estimular este tipo de implantação a partir de diversas iniciativas, dentre as quais destacamos os concursos de estímulo para criação do ambiente em um determinado espaço cuja vocação já preexistia. Um bom exemplo desse tipo de iniciativa é o concurso Bairro Criativo, para o centro histórico da cidade do Porto/Portugal, em que o desafio lançado aos participantes é desenhar e projetar peças de intervenção urbana, esculturas ou outras, que melhorem as vidas das pessoas, com a consequente construção e implantação dessas peças no bairro.

Outro tipo de iniciativa é a intervenção com o propósito de transformar o espaço urbano de área marginalizada para uso criativo, como encontramos no Bairro do Raval, em Barcelona/Espanha, ilustrado na figura a seguir, hoje equipado com campus universitário, museus de arte e um sem número de negócios voltados à cultura, à educação e ao turismo.



Figura 2: Bairro Raval/Barcelona/ES

Para não esquecer

Polos ou APL criativos são formados por aglomerados de empreendimentos (pessoas ou negócios) criativos que se instalam em um mesmo bairro ou região, de forma a permitir a troca de bens e serviços e de criar uma identidade própria do local.



Características dos polos/APL criativos

Apresentamos, a seguir, nove critérios, que se relacionam entre si, para a identificação de um polo/APL criativo.

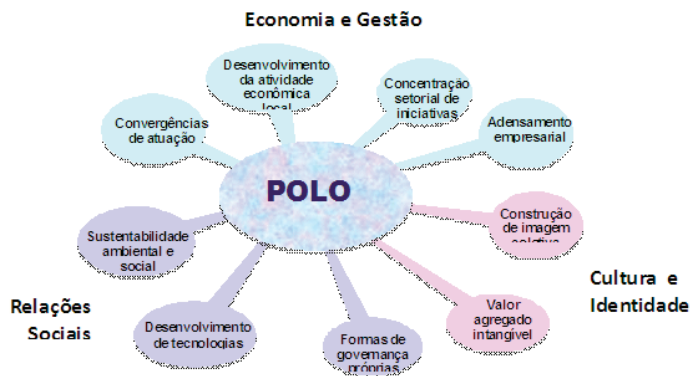


Figura 3: Critérios de composição de um polo criativo

Critérios e Características de Identificação de um Polo Criativo

a) Convergências de atuação

- As iniciativas que compõem o ambiente devem ter atuação dentro e fora dos próprios polos/APL criativos.
- No polo devem existir cadeias e redes de produção, circulação, fruição e troca de experiências e a cooperação entre os atores participantes do ambiente criativo.

- Deve haver cooperativas, empreendimentos, associações organizativas e/ou profissionais, instituições de ensino e pesquisa, ONG, coletivos, grupos artísticos ou artistas.

b) Desenvolvimento da atividade econômica local

- O comércio de bens e serviços deve influenciar o desenvolvimento econômico local.
- Os negócios devem manter a sustentabilidade econômica das iniciativas.
- O incremento da cadeia produtiva deve estar relacionado à vocação do ambiente criativo. Por exemplo: um polo de moda que tem iniciativas atuantes na cadeia produtiva da moda.
- As iniciativas devem interferir substancialmente para a melhoria das estruturas sociais dos habitantes e usuários do espaço.

c) Concentração setorial de iniciativas

- No local, deve ser seguida a vocação para as atividades produtivas que agreguem iniciativas e empreendimentos, predominantemente de micro, pequeno e médio porte.
- As iniciativas devem ter a mesma vocação para a produção de determinados bens ou serviços, como, por exemplo, gastronomia, polo cinematográfico, polo de teatros e museus, contribuindo para a identidade setorial no local.

d) Adensamento empresarial

- Potencial para o desenvolvimento profissional autônomo ao mesmo tempo em que aumente a implantação de pequenos negócios no local.
- Crescimento da oferta de postos de trabalho.
- Crescimento do número de produtos/serviços gerados e comercializados.

e) Construção de imagem coletiva

- A produção de bens e serviços deve ser feita com uma identidade cultural própria, que muitas vezes pode partir da própria vocação do polo ou dos elementos arquitetônicos, históricos ou culturais locais.
- A identidade do polo/APL dá-se não só pelas características dos produtos e serviços gerados e comercializados, mas também a partir das formas próprias de orga-

nização.

- Devem ser desenvolvidas ações de marketing para a consolidação do polo a partir de sua imagem coletiva.

f) Valor agregado intangível

- Os produtos e serviços devem possuir caráter único e insubstituível.
- O polo deve buscar o reconhecimento social a partir das características de identidade próprias do polo/APL.

g) Formas de governança próprias

- Devem ser implantados instâncias e instrumentos de participação cidadã entre os integrantes do polo/APL, tais como conselhos e outros.
- Devem ser implantados instâncias e instrumentos de integração política com as representações públicas privadas.
- Devem desenvolver canais de interlocução capazes de liderar e organizar atores em prol de objetivos comuns nas atividades, de coordenar as ações dos diferentes atores para o cumprimento de objetivos comuns e de negociar os processos decisórios locais e outras atuações que promovam o desenvolvimento local.

h) Desenvolvimento de novas tecnologias

- Devem ser observados e implantados modelos de gestão administrativa e econômica.
- Devem ser implantadas novas tecnologias no campo da informação e da comunicação.
- Devem-se desenvolver redes de relacionamento e para a funcionalidade da co-produção.
- Devem ser implantados novos sistemas de financiamento e de troca de bens.
- Devem-se desenvolver novas formas de relacionamento, integrando os setores públicos e privados.

i) Sustentabilidade ambiental e social

- O polo/APL deve ter em suas bases de trabalho metas de responsabilidade ecológica e ambiental.
- Devem-se plicar os princípios de justiça social, democracia cidadã e de comércio

justo.

- Aceitação cultural por parte do espaço, respeitando e se adequando à dinâmica urbana e arquitetônica que compõe a memória e os hábitos de vivência do lugar.
- Desenvolvimento de ações de natureza solidária.

Economia criativa para o desenvolvimento

Atualmente, convivemos com desdobramentos, busca de soluções e reflexões sobre uma série de crises econômicas e sociais em países desenvolvidos (principalmente), desencadeadas no final da última década pelas turbulências dos sistemas financeiros, pela especulação imobiliária norte-americana e suas consequências.

Nesse sentido, e alicerçadas pelas políticas economicistas neoliberais remanescentes de experiências das décadas anteriores, outras áreas da vida contemporânea foram fortemente prejudicadas, tais como o meio ambiente, a distribuição e captação de energia, principalmente o petróleo, e a ampliação da exclusão civilizacional, como podemos observar em países da África que sofrem cotidianamente com a fome e a AIDS.

Esse cenário, que se desenha como a maior crise socioeconômica mundial, vem sendo trabalhado por alguns países como uma oportunidade de repensar suas estratégias de desenvolvimento.

Desse painel, uma lição aprendemos de forma explícita: esses modelos econômicos aplicados nas últimas décadas não mais correspondem ao momento atual, sendo necessário redefinir prioridades para a promoção do que se crê que seja desenvolvimento. Como nos alerta Santos (2008, p.32), Coordenadora do Programa de Economia Criativa da UNCTAD,

Os modelos econômicos não funcionam isoladamente, precisamos de modelos de desenvolvimento que tenham um enfoque mais holístico, ou seja, é preciso ir além da economia e incorporar as dimensões sociais, culturais, tecnológicas e ambientais nas novas estratégias a fim de assegurar um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo sustentável e inclusivo.

Percebe-se, neste momento, que a sociedade contemporânea, com a implementação das novas tecnologias, com a fortificação da ação local voltada para o global, com a reestruturação nas relações de produção e comercialização no mundo, é o campo preparado para o semear de novos conceitos que balizem as relações econômicas e culturais.

Consideramos este o momento propício para o cultivo e florescimento da

economia criativa, que não só responde às diversas novas características comportamentais da sociedade, como também torna-se uma das maiores e melhores opções de desenvolvimento para o século que se inicia.

Neste sentido, buscamos uma visão mais ampliada para o termo “desenvolvimento”, que possa refletir as crises estabelecidas na sociedade atual, como já citado anteriormente, e que pontos de convergências existem entre desenvolvimento e a economia criativa que nos levem à questão da sustentabilidade.

Neste sentido, sustentabilidade é considerada uma característica necessária a qualquer empreendimento, seja ele coletivo ou individual, mas que implica manter-se em progresso sem provocar regresso, seja ambiental, social, cultural ou econômico. Ou seja, sempre em busca da evolução nos processos, nas relações sociais e econômicas e ainda ambientais, sem jamais resistir aos avanços que nossa sociedade já vem conquistando ao longo de sua existência.

Sustentabilidade também pode ser tratada como questão do turismo, enquanto componente transversal e simultaneamente presente no que entendemos como economia criativa. Nesse caso, buscamos observar e atentar para que sua aplicabilidade nas políticas e nas ações privadas ou públicas de interferências nos territórios criativos não seja depredatória, como, infelizmente, pode ser observado em diversas situações por todo o mundo.

O risco do turismo predatório leva à perda de complexidade, redução da qualidade de vida dos cidadãos, perda da personalidade e da atratividade para o desenvolvimento de atividades criativas, segundo nos afirma Pardo (2011).

Muitos exemplos de políticas municipais brasileiras podem tornar-se casos de sucesso no que se refere ao turismo cultural, mas, na prática, poucos são os que relacionam esses aspectos de desenvolvimento de uma forma mais integral, unindo gestão da cultura, do turismo e da economia criativa.

Tratando-se de um país em fase de crescimento, o Brasil, desde 2003, mudou para melhor em diversos aspectos sociais e, logicamente, em alguns aspectos nas estratégias das administrações locais. Mesmo assim, considerar as questões da cultura/economia criativa como fatores para impulso social ainda é uma inovação na gestão pública municipal. A prioridade histórica continuam sendo as necessidades consideradas básicas pelo pensamento político brasileiro, tais como saúde, educação e trabalho.

Nesse sentido, muito há de ser feito para que as alternativas de mudança no desenvolvimento local sejam realizadas a partir da gestão pública municipal. Acreditamos em uma política cultural que dinamize a economia criativa e que tenha em seus princípios o respeito ao legado cultural das comunidades e à diversidade das expressões culturais, desde a mais autêntica até a mais contemporânea, não discu-

tido sobre a defesa das tradições ou da renovação no campo da criação artística ou intelectual.

Dentre os princípios da economia criativa, os gestores públicos devem desenvolver políticas que possam democratizar o acesso da população aos bens culturais/criativos, garantindo a igualdade de condições para todos quanto à produção e ao consumo. Tais políticas devem, ainda, ser fruto de uma construção participativa, que possa ser proposta coletiva e cidadã, transversal a outras áreas das políticas públicas, como elemento importante para amalgamar as intenções no sentido de construir uma sociedade melhor e ver florescer seu desenvolvimento de forma integral.

Atividades



1. Observe se, em sua localidade, existem APL ou polos criativos e bairros criativos e liste-os. 2. Indique quais seriam, na sua opinião, as políticas públicas mais apropriadas para o desenvolvimento da economia criativa nestes territórios.

Apresente e discuta estes pontos com os colegas e tutores no fórum.

Resumo

Nesta aula apresentamos conceitos referentes aos territórios criativos e como eles podem ser compostos. Qual a importância da compreensão das cidades enquanto ambientes de convivência e para o desenvolvimento de atividades criativas locais. Comentamos, ainda, o que são arranjos produtivos locais e como eles podem existir a partir de uma iniciativa da própria comunidade ou do poder público.

Finalizando, buscamos unir criatividade e desenvolvimento em uma reflexão que passa pela proposta de sustentabilidade social e ambiental das atividades criativas, indo até o turismo cultural enquanto gerador de desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

AJUNTAMENT DE BARCELONA, Instituto de Cultura. **Agenda 21 da Cultura**. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=58&lang=pt. Acesso em 14/08/2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Economia Criativa. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. Acessado em 14/08/2013. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>

CAMPOS, Cleise; PITOMBO, Mariella. **Lugares da Cultura na Contemporaneidade: a Pólis**. In: Percepções: cinco questões sobre políticas culturais. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

FLORIDA, Richard, **The Rise of the Creative Class. And How It's Transforming Work, Leisure and Everyday Life**, Basic Books, 2002

MARTINELL, Alfons. UNESCO, **Políticas culturais para ou desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. UNESCO, Brasília, 2003.

PARDO, Jordi. **Gestão e Governança nas Cidades Criativas**. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Orgs). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

SANTOS, Edna dos. **Economia Criativa Promovendo Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável no Brasil**, p. 32. In Cláudia Sousa Leitão et all. **Anais da 1ª. Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste**. Disponível em <http://www.calaméo.com/read/000343712067f7db9946b>. Acesso em 20/08/2013

SANTIAGO, Selma. **Polos Criativos - Um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros**. Brasília: 2011/2012. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/polos-criativos/> Acesso em 14/08/2013.

UNCTAD/MINC/ITAU CULTURAL. **Relatório de Economia Criativa 2010 – Economia Crativa: uma Opção de Desenvolvimento Viável**, São Paulo, 2010.





Aula 5

Modelos e fontes de financiamento da cultura

Suzane Christine Luz Fernandes

Objetivos

Esta aula tem o objetivo de orientá-lo sobre as formas de fomento e o acesso às fontes de financiamento de projetos centrados na cultura como fatores propulsores do desenvolvimento local, tendo em vista a dimensão socioeconômica e política capaz de atrair impactos positivos (investimentos, geração de renda e inclusão social, dentre outros) a curto, médio e longo prazos.

As transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade contemporânea, desencadeadas pelo avanço científico e tecnológico nas décadas finais do século XX e iniciais do século XXI, também evidenciaram mudanças significativas no campo cultural. O mundo globalizado, de múltiplas relações entre os territórios geográficos, e as pessoas que interagem nesses territórios, estão redimensionando a forma de pensar, avaliar e valorar a cultura.

E o que entendo como cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou de ritos de liturgia de uma suposta “classe artística e intelectual” [...] Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como um conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido dos nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Dessa perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercício de antropologia aplicada (GIL, 2003).

Essa forma antropológica de perceber a cultura, reflexo das transformações sócio-históricas de um povo, a que Gil (2003) se refere, está influenciando a formulação dos mecanismos e instrumentais de políticas culturais no Brasil. Uma concepção política que aponta não somente para promover a produção, distribuição e o consumo dos bens culturais, mas que assume a perspectiva de investimento quer seja pelas instituições públicas como pela iniciativa privada.

O que é cultura?

Cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços instintivos materiais e imateriais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2002).



A perspectiva de uma nova história ao fomento e financiamento da cultura no Brasil

A partir dos anos 90, com a aprovação Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida como Lei Rouanet, instituíram-se nacionalmente, nas políticas públicas, novos mecanismos de fomento e financiamento da cultura, mediante a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC – e do Fundo Nacional de Cultura – FNC –, com o intuito de efetivar a promoção, a proteção e a valorização das expressões culturais nacionais. Segundo Flach (2013 p. 90), o grande avanço da Lei Rouanet decorre da política de incentivos fiscais que permite que empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem uma parcela do imposto de renda devido em ações culturais.

Apesar dos mecanismos de financiamento previstos no PRONAC e com o reforço legal de modernização da política pública de cultura pelo Decreto nº 5.761,

de 27 de abril de 2006, encontra-se em tramitação na Câmara Federal, desde 2007, o Projeto de Lei PL nº 1.139 (ProCultura) que propõe a ampliação e a participação das empresas estabelecendo novas regras à renúncia fiscal, dentre outras prerrogativas e apensamentos.

Para saber mais e refletir sobre o Projeto de Lei nº 1.139/2007 (ProCultura).

- primeiramente, acesse o link: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352711> e leia o documento na íntegra;
- observe também sua tramitação e os apensados ao PL 1.139/2007;
- depois, leia o artigo “Práticas de Financiamento para organizações culturais e economia criativa” (<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion>), em que Leonardo Flach (2013) faz uma análise das práticas de financiamento para organizações culturais e Economia Criativa do Brasil a partir da Lei Rouanet e Projeto de Lei ProCultura (PL 1139 de 2007).
- avalie os dois documentos e tire as suas próprias conclusões.



Em 2010, foi promulgada a Lei nº 12.343, de 02 de dezembro, que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC –, de duração decenal, e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. A Lei está em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal – CF –, que redimensiona a forma de pensar e fazer a gestão pública da cultura no Brasil, ao estabelecer, no seu Art. 1º, princípios que direcionam uma forte relação da cultura com outras áreas de gestão, a adoção de uma governança participativa e compartilhada entre a União, Estados e Municípios, redefinindo as políticas públicas culturais:

[...]

VII - responsabilidade socioambiental;

VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; [...]

IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;

X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;

XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;

XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

No novo cenário instaurado nacionalmente, esta Lei considera a cultura

como vetor de desenvolvimento sustentável e prevê o fortalecimento da economia da cultura, entre os objetivos previstos no PNC, que se refere especificamente ao fomento e aos mecanismos de financiamento (Diário Oficial da União, 2010):

1.3 Estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura e a coordenação entre os diversos agentes econômicos: governos, instituições e empresas públicas e privadas, instituições bancárias e de crédito [...];

1.4 Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando ao equilíbrio entre as diversas fontes e à redução das disparidades regionais e desigualdades sociais [...];

1.5 Fortalecer o Fundo Nacional de Cultura como mecanismo central de fomento;

1.6 Aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos, no sentido da desconcentração regional, sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.

Nessa conjuntura, as diferentes instâncias da administração pública de gestão dos bens culturais são desafiadas a ir em busca de mecanismos que possibilitem a implementação dessa nova perspectiva de impacto da cultura como base produtora de desenvolvimento local. Assim, diante da sustentabilidade e da escassez de recursos financeiros, trataremos, nesta aula, de aspectos importantes sobre as formas e o acesso às fontes de financiamentos centrados na cultura.

Fontes de Financiamento da Cultura

O ato de realizar uma operação financeira de transferência de recursos para prover despesas de ações direcionadas ao fomento e ao desenvolvimento, à promoção e à manutenção/preservação, sejam de natureza comercial ou não, mediante instrumentos previamente constituídos, se formaliza legalmente por meio de acordo entre as partes envolvidas (concedente e proponente), constituindo-se, assim, financiamento propriamente dito.

No que se refere especificamente ao financiamento direcionado à cultura, Freire (2012, p. 53) destaca:

Desta forma o campo cultural é financiado por várias fontes, que podem ser públicas, das diversas esferas, e também pela iniciativa privada, caracterizada por empresas, fundações e outros segmentos da sociedade civil. As formas como entes públicos e privados se relacionam são fatores fundamentais para a caracterização dos mecanismos de financiamento da cultura e o entendimento do lugar que esse financiamento ocupa em uma determinada realidade social (p. 53).

Segundo Barata e Fernandes (2011, p.38), “é notória a existência de sobejos

recursos nacionais e internacionais de entidades que apoiam projetos estratégicos ligados a determinadas necessidades postas pela conjuntura”. No entanto, para aprovação de uma proposta de financiamento, recomenda-se ao proponente que, ao intencionar a habilitação de sua proposta, procure cumprir rigorosamente as normas institucionais e os prazos estabelecidos, no cronograma, pelo agente financiador, devendo o solicitante ficar atento a essas exigências e primar pela qualidade técnica do documento elaborado.

Tipos de financiamento

Conforme mencionado por Freire (2012), as fontes de financiamento direcionadas à captação de recursos das ações em cultura são procedentes de diversas formas de incentivos financeiros e podem ser observadas em duas categorias: a pública e a privada. Assim, com base nos trabalhos de Abumanssur e Hardwick (2002), Barata e Fernandes (2011) e MINC (2013), será caracterizada e classificada cada uma das fontes em questão:

a) Fonte de Financiamento Público: Recursos financeiros originários da esfera governamental, podendo ser federal, estadual ou municipal, mediante a utilização de instrumentos e mecanismos legais estabelecidos com o propósito de favorecer o desenvolvimento cultural nos seus mais diversos segmentos setoriais, em fortalecimento da identidade local, valorizando suas linguagens artísticas e manifestações, possibilitando o surgimento de novos talentos e empreendimentos.

Você sabia!

No Brasil, o poder público é o maior parceiro no fomento e preservação do patrimônio cultural, desde a década de 30 e, oficialmente, é o ente que tem mais respaldo para a proteção e desenvolvimento cultural no País, pois concebe como dever em todas as instâncias da administração pública a gestão dos bens culturais (CNM, 2012, p. 15).

b) Fonte de Financiamento Privado: Incentivos financeiros oriundos da iniciativa privada, que na condição de agentes fomentadores culturais, mediante edital públi-

co e/ou instrumental técnico próprio institucionalizado, objetivam apoiar ações de desenvolvimento cultural, com o propósito de atribuir valor comercial e social aos seus produtos. Esses recursos, geralmente são originários de programas culturais realizados pelas fundações e institutos constituídos por grandes empresas, ou simplesmente pelo patrocínio decorrente do marketing promocional. Sobre os dois tipos de fonte de financiamento é importante saber que se apresentam em diversas modalidades:

Fonte de Financiamento Público
1. Leis de Incentivo Fiscal - Mecanismo de financiamento que permite deduzir do Imposto de Renda devido de pessoas físicas pagadoras do imposto de renda ou pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, o total ou parte do valor por elas direcionado, mediante doação ou patrocínio, a propostas culturais aprovadas pelo Ministério da Cultura. 1.1. Financiamento Público Federal - Lei Rouanet (Lei nº 8.313 de 1991). 1.2. Financiamento Público Estadual – Lei Semear (Lei nº 6.572/2003) dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para projetos culturais no Estado do Pará, 1.3. Financiamento Público Municipal – Criado por Lei Municipal (Ex. Decreto Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense nº 77.117/2003 – Município de Belém).
2. Fundos públicos para a cultura: 2.1. Repasse do Governo Federal: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), instituído pela Lei 8.313/91, permite a aplicação de recursos em projetos culturais de caráter comercial, por meio de fundos de investimento criados por instituições financeiras; Fundo Nacional da Cultura (FNC), criado pela Lei no 7.505/1986 e ratificado pela Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, é um fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, que permite ao Ministério da Cultura obter e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC, mediante a celebração de convênio e outros instrumentos similares, como intercâmbio, programas realizados.
3. Lei (setorial) do audiovisual – de âmbito federal, foi criada para estimular a produção e difusão do audiovisual por meio de incentivos fiscais a Pessoa Jurídica e Pessoa Física oferecendo abatimento de 100% do valor incentivado até o limite de 4% do Imposto de Renda devido pela Pessoa Jurídica e 6% pela Pessoa Física.

4. Linhas de créditos:

4.1. Reembolsáveis – Modalidade de financiamento pela qual um agente financeiro credenciado pelo ministério concede um empréstimo de recursos oriundos do FNC, com juros subsidiados, para a execução de um projeto, programa ou ação cultural. Pode ser utilizado por pessoas físicas, ou jurídicas com fins lucrativos.

4.2. Não reembolsáveis - Modalidade de financiamento pela qual o agente financeiro ou organismo internacional concede recursos que podem ser oriundos do FNC ou de agências de fomento, para execução de projetos culturais de caráter voltado para a promoção de desenvolvimento local, economia criativa, empreendimentos com características de inovação, patrimônio imaterial ou temas afins.

5. Sistemas de financiamento/microcréditos em bancos nacionais – Estabelecidos para estimular empreendedores do setor cultural, referem-se a um tipo de financiamento realizado por meio de bancos públicos (Banco da Amazônia - BASA, Caixa Econômica, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES).

Fonte de Financiamento Privado

1. Empresas com ou sem incentivos fiscais: Derivam de empresas internacionais, nacionais e locais que investem em instituições sociais, objetivando estabelecer o maior envolvimento do setor privado nas questões socioculturais, tendo na **Lei de Responsabilidades Social (Lei 10.097/2000)** o estabelecimento de uma nova cultura empresarial, financiam, diretamente ou por intermédio da constituição de seus próprios institutos e fundações empresariais esses projetos, como é o caso da Vale, Prêmio Shell para artes cênicas, Odebrecht, d'O Boticário, da Acesita, do Instituto Oi Futuro e do Instituto Ecofuturo.

2. Bancos e instituições nacionais financeiras privadas: Financiam e promovem investimentos através de participações em negócios e empreendimentos, como também, por meio de suas fundações e institutos promovem ações de apoio cultural. Exemplo: Bradesco, Itaú, Real, Santander e HSBC.

3. Agências internacionais de financiamento:

3.1. Instituições multilaterais de financiamento: Enquadram-se nesse perfil as instituições interessadas no fortalecimento institucional e financiamento de programas e projetos. Possuem critérios e diretrizes para financiamento de grandes valores (acima de US\$ 100 milhões) para investir. Geralmente, as organizações de maior porte e mais estruturadas podem qualificar-se a conseguir seus apoios. A Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Bancos Regionais de Desenvolvimento Social, são exemplos de instituições multilaterais.

3.2. Agências financiadoras bilaterais: São organizações constituídas a partir de um sistema de cooperação técnica entre governos de países como o Canadá, a França e os EUA, com vistas à disponibilidade de auxílio financeiro ao desenvolvimento de outros países, intermediados pelos escritórios ou pelas agências locais estabelecidas nos países beneficiados, mediante acordos assinados em âmbito internacional, para a implementação e a negociação de programas e projetos. No Brasil, as agências financiadoras bilaterais operam por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

3.3. ONGs do hemisfério norte: São organizações não governamentais de apoio financeiro a outras organizações sem fins lucrativos, que investem em treinamento, financiamento de pequenos projetos e apoio às pessoas em vulnerabilidade social dos países em desenvolvimento. Dividem-se em dois grupos de atuação: as grandes ONG transnacionais, como, por exemplo, Oxfam, CARE, Save the Children, Visão Mundial, e agências nacionais menores, estabelecidas em um só país. Exemplos canadenses deste último tipo incluem CODE, CUSO, *Match International Centre e Partners in Rural Development*.

4. Fundações:

4.1. Fundações de empresa: As fundações empresariais, geralmente, estabelecem estratégias que possibilitam alcançar os grupos que fazem parte do mercado-alvo da empresa ou identificar a necessidade de aprimoramento de sua imagem.

4.2. Fundações familiares: Esse tipo de fundação é constituída por um indivíduo ou uma família que transfere montantes generosos de dinheiro para um fundo de legado (*endowment fund*), que faz suas doações com o rendimento sobre o valor do legado para grupos comunitários.

4.3. Fundações comunitárias: Este tipo de fundação é mais comum em países da América do Norte e promove ações importantes nas cidades em que se estabeleceram. Sua ação se inicia quando um doador individual doa uma grande quantia de dinheiro para a fundação. Esse dinheiro é investido e o rendimento do investimento é distribuído de acordo com as instruções do doador. Seguramente, o rendimento residual é distribuído para atender às necessidades da comunidade.

Fundações nacionais e internacionais que apoiam ações de desenvolvimento cultural no Brasil: British British Council, Alcoa Foundation, AT&T Foundation, Brazil Foundation, Fundação Ford, UNESCO, Fundação Belgo-Mineira, Fundação Iochpe e Fundação Vale do Rio Doce são alguns exemplos.

5. Instituições locais: Podem ser fontes importantes de recursos financeiros. São constituídas de formas variadas, como também são variadas as suas populações-alvo, podendo ser desde *associações profissionais e comerciais, até igrejas, clubes sociais, clubes da terceira idade e grêmios estudantis, dentre outros*.

6. Indivíduos/pessoa física: Pessoas que participam colaborativamente por meio de campanhas de mobilização de doações ou financiamento coletivo (*crowdfunding*). Exemplo: Criança Esperança.

Como podemos observar, as alternativas de financiamento da cultura não se restringem à aplicabilidade dos instrumentos legais de políticas governamentais ou pelos órgãos de fomento públicos. Porém, verificamos a forte tendência de ampliação das fontes de iniciativa privada, que vão além dos recursos empresariais privados, estendendo-se a organismos internacionais que podem ser grandes aliados e parceiros.

Na classificação observada, também se destacam as pessoas que individual-

mente ou colaborativamente participam como financiadores e que, mediante processo de arrecadação, captam grande soma de recursos financeiros para fins socio-culturais. Também verifica-se a existência de fundações comunitárias que se tornam promotoras de importantes ações nas cidades em que se estabelecem.

Outra forma de financiamento de ações com fins culturais refere-se à possibilidade da *formação de receitas próprias*, resultante da comercialização dos bens materiais e serviços produzidos institucionalmente, visando a sua autossustentabilidade. Vale ressaltar que a elaboração de projetos para captação de recursos financeiros que promovam a interação da cultura com outros setores sociais (educação, turismo, meio ambiente, esporte, dentre outras) também poderão ser referenciais de financiamentos.

Uma nova perspectiva de financiamento cultural para o município

A estratégica econômica de fazer com que se vislumbre a cultura como vetor de desenvolvimento tornou-se uma perspectiva mundial das instituições financiadoras de incentivo à cultura, sejam governamentais e/ou privadas. Estas instituições estão reformulando seus instrumentos e formas de apoio financeiro, que assumem uma nova dimensão, e implementando dinâmicas conjunturais das atividades culturais que se constituem, quando institucionalmente incorporam a economia da cultura à sua estrutura operacional. Um exemplo disso é o BNDES, que, após dez anos atuando sob uma ótica predominante de patrocínio, reformulou sua visão de financiamento à cultura.

Você sabia!

Após 10 anos de apoio à cultura sob uma ótica predominante de patrocínio e retorno de imagem, especialmente por força da utilização das leis de incentivo à cultura, o BNDES reformulou sua visão, fez um diagnóstico do setor e criou instrumentos específicos e criativos de apoio financeiro, de forma a solucionar gargalos específicos da indústria cultural e contribuir ainda para a estruturação e profissionalização da gestão. [...]

Em 2006, o BNDES tomou uma decisão estratégica: incorporar a economia da cultura à estrutura operacional da Instituição (BNDES, 2009, p. 300).

Essa nova perspectiva, em que as instituições financiadoras (públicas e privadas) gerem seus recursos de fomento direcionados ao setor da cultura, faz cumprir a exigência legal de mais profissionalização da gestão cultural por parte dos órgãos públicos, dos segmentos não governamentais e dos agentes sociais em cultura, pois, segundo essa perspectiva, compete ao gestor identificar, planejar e empreender esforços para a mobilização de recursos para um determinado propósito.

Você sabia!

Para saber mais sobre as perspectivas de financiamento à cultura do BNDES.

- Leia o artigo “A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável” (http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3007.pdf), publicado pelo BNDES, em 2009, que apresenta uma discussão sobre as seguintes questões: O que é economia da cultura? Ela possui relevância macroeconômica? Por que e como o BNDES incorporou esse setor à sua estratégia de desenvolvimento econômico? O artigo também trata da atuação do BNDES e de suas perspectivas futuras.

Em se tratando, especificamente, da gestão pública municipal, a promulgação da Lei 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores (SNIC), redefiniu a Política Nacional de Cultura em busca da uniformização das práticas a serem empregadas na área (CNM, 2012):

O Município, como ente federativo autônomo, possui liberdade para optar por diversas linhas de financiamento de projetos culturais, quais sejam:

- Fundo Municipal de Cultura;
- Leis de incentivo à Cultura – LICs, na esfera estadual;
- Lei federal, como, por exemplo, a Lei nº 8.313 de 1991;
- Editais amparados pelo Fundo Nacional de Cultura – FNC; e
- Parcerias com a iniciativa privada mediadas por produtores culturais independentes (p. 35).

No entanto, para que o município se organize como ente federativo autônomo, precisa estabelecer uma política local de fomento e captação de recursos, objetivando estimular as ações de preservação e de mais produção das potencialidades culturais endógenas ao território e, assim, diante da necessidade de procura por

novas oportunidades de investimentos, identificar suas prioridades e as articulações existentes entre as redes produtivas.

Inventariar o potencial cultural possibilita conhecer quais são as condições de exploração econômica do patrimônio cultural do município, no intuito de realizar um estudo de viabilidade de investimentos, destaca o CNM (2011), pois, “quanto mais favorável a situação, melhores serão as perspectivas de atrair produções e investimentos culturais” (p. 4).

Você sabia!

[...] Deve-se fazer o inventário cultural, registrando, em banco de dados, os equipamentos culturais do Município, que serão bastante úteis para o planejamento das ações; a identificação das capacidades e das potencialidades culturais; a visualização do contexto cultural em que o Município está inserido; assim como para realizar um bom planejamento das atividades culturais e ponderar possíveis ações de investimento de empresas e parceiros no Município (CNM, 2011, p. 3).

Para o CNM (2012), uma das formas de o município fomentar o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada se efetiva pela criação de leis e fundos municipais de incentivo à produção cultural, que são poderosos mecanismos de política pública que beneficiam de forma direta o setor e seus municípios.

Vale ressaltar que, para a criação de um Fundo Municipal de Cultura – FMC –, mediante lei de benefício fiscal, faz-se necessário estabelecer o seguinte:

- sistema de aporte e disponibilização de recursos;
- a possibilidade de constituir parcerias com a iniciativa privada e recursos advindos de outras esferas de poder;
- as formas de gerenciamento e a utilização dos recursos; e
- a obrigatoriedade e formas de prestação de contas de todas as ações que venham a ser financiadas. (CNM, 2012, p. 36).

É importante lembrar ainda que, para uma efetiva política pública e gestão da cultura, deve-se levar em conta a necessidade de se prever, no sistema mais abrangente de planificação (plano, programa e projeto), as suas fontes e os seus mecanismos de financiamento, considerando que “o projeto consubstancia uma ação de ponta, nos níveis de execução direta ao usuário de uma política pública, enquanto o plano está voltado para níveis superiores de direção e o programa em níveis intermediários” (BARATA; FERNANDES, 2011, p. 9).

Deve-se estabelecer, no Plano Plurianual – PPA –, todo o planejamento referente às diretrizes, aos objetivos e às metas para as ações culturais do município, com a respectiva classificação das despesas de capital e outras, previstas para um período de quatro anos. Além disso, deve-se proceder, anualmente, ao detalhamento e à classificação das despesas a serem estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e à previsão da destinação de recursos por linha de financiamento pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

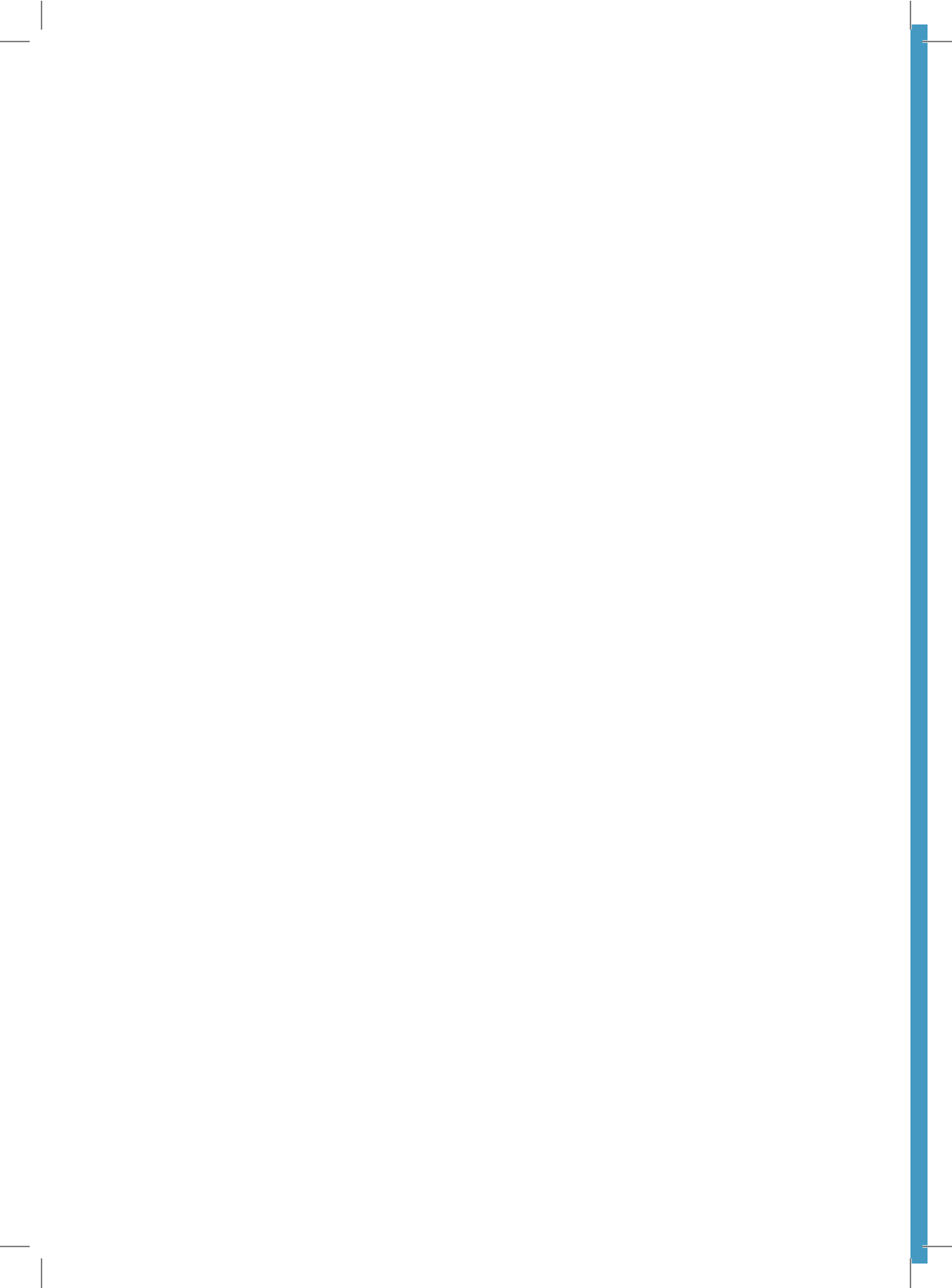
Considerações Finais

Diversas são as fontes de financiamento e fomento (públicas e privadas) direcionadas ao desenvolvimento e à implementação das ações vinculadas ao setor cultural. No entanto, para que haja um sistema efetivo de financiamento das atividades culturais que se traduza em impactos sociais e econômicos para a sociedade local, observando o caráter autônomo das instâncias públicas, faz-se necessário que em cada uma delas se estabeleça uma política pública em que parcerias sejam estabelecidas, tanto entre as esferas governamentais quanto entre as fontes privadas de financiamento.

E, diante das mudanças ocorridas no cenário da política nacional de cultura, mais precisamente a partir de 2010, com o Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), uma nova história se constrói do modo de fazer cultura, tendo em vista a cultura como vetor de desenvolvimento local. Isto estabelece uma forte relação da cultura com outras áreas de gestão e conduz a uma nova concepção de governança participativa (compreendendo todos os atores sociais) e compartilhada (União, estados e municípios) e à profissionalização da gestão pública.

A organização de negócios e projetos tecnicamente bem elaborados poderão agregar efetivamente valores às ações direcionadas ao desenvolvimento dos setores culturais em um território, fortalecendo os segmentos sociais envolvidos, proporcionando crescimento pessoal, inclusão social, geração de trabalho e renda.

Nossa expectativa é que cada cursista possa ser um multiplicador das informações aqui contidas. Vale a pena socializar conhecimentos necessários a um processo de planejamento que faz parte, hoje, do trabalho de técnicos e gestores em todas as áreas das políticas públicas e das ações de responsabilidade social das empresas e de organizações da sociedade civil.



Referências bibliográficas

ABUMANSSUR, H; HARDWICK, M. **Captação de Recursos: Da Teoria a Prática**. GETS – Grupo de Estudo do Terceiro Setor/ United Way of Canadá. 2002. Internet.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003)**. Discurso de posse. G Gil - 2003.

_____. **Lei nº 8.313** de 23 de dezembro de 1991. Lei Federal de Incentivo à Cultura. Lei Rouanet. Brasília. DF. Internet

_____. Decreto nº 5. 761, de 27 de abril de 2006. Brasília. DF. Internet.

_____. **Projeto de Lei nº 1.139/2007**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352711>. Acessado em: 20 Dez/2013

_____. **Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Plano Nacional de Cultura (PNC). Diário Oficial da União (DOU). 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/23580411/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-12-2010>. Acesso em novembro de 2012.

_____/Ministério da Cultura (MinC). **Gestão Cultural: Conceitos Básicos (Etapa 1) - Unidade V: Linhas de Fomento e Fontes de Financiamento. Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e Empreendimentos Criativos**. Brasília: MINC. 2013.

FLACH, L. Práticas de Financiamento para organizações culturais e economia criativa. **MOUSEION**, Canoas: Unilasalle, nº 14, abr. 2013. p. 87 – 98. Disponível: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion>. Acessado em: 20 Dez/2013.

FREIRE. O financiamento como recurso fundamental das políticas culturais. p. 49 – 66. In: RUBIN, A. A. C; ROCHA, R. (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7662/1/Políticas_artigo3.pdf. Acesso em novembro de 2012.

GORGULHO, L. F. et al. A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável. **Cultura BNDES Setorial** 30, p. 299 – 355, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bndes/set3007.pdf

Confederação Nacional de Municípios – CNM. Instrumentos

culturais no município, Brasília: CNM. **Informativo CNM**, fevereiro, 2011. _____ . Cultura: A organização do Sistema Municipal. **Coletânea Gestão Pública Municipal**. Brasília: CNM, Volume 10. Gestão 2013 – 2016, 2012.

TEIXEIRA, J. B.; FERNANDES, S. C. L. Texto base dos módulos. **Curso Elaboração de Projetos e Captação de Recursos**, na modalidade a distância. UFPA: Belém. 2011

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. UNESCO, 2002. Internet.

Leituras Complementares



FLACH, L. Práticas de Financiamento para organizações culturais e economia criativa. **MOUSEION**, Canoas: Unilasalle, nº 14, abr. 2013. p. 87 – 98. Disponível: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion>. Acessado em: 20 Dez/2013.

FREIRE. O financiamento como recurso fundamental das políticas culturais. p. 49 – 66. In: RUBIN, A. A. C; ROCHA, R. (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7662/1/Políticas_artigo3.pdf. Acesso em novembro de 2012.

GORGULHO, L. F. et al. A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável. **Cultura BNDES Setorial** 30, p. 299 – 355, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3007.pdf. Acesso em novembro de 2012.

Links Selecionados



- **Lei Rouanet e Plano Nacional de Cultura:** <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/lei-rouanet>.

- **Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense:** <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v?id=15&conteudo=2665>; Decreto Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense nº 77.117.

- **Lei Semear:** http://www.leisemear.fcptn.pa.gov.br/?page_id=2

- **Projeto de Lei nº 1.139/2007 (ProCultura):** <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352711>

Vídeos Interessantes sobre Financiamento à Cultura



- **Site sobre a ideia de financiamento coletivo:** <http://www.youtube.com/watch?v=jGtTdm0D6A>

- **O advogado Fábio Cesnik fala sobre o financiamento à cultura:** <http://www.youtube.com/watch?v=clFtcsoxdVI>





